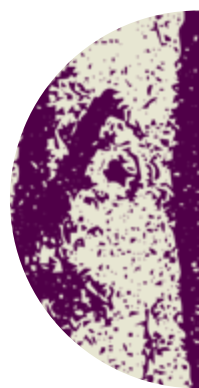




5

**Florestas, pesca,
aquicultura e turismo
como motores do
desenvolvimento local**



Mensagens-chave

Os setores florestal, pesqueiro, aquícola e turístico são fundamentais para a diversificação da renda rural, a geração de emprego em territórios específicos, como áreas florestais, costeiras e ribeirinhas, e a integração das mulheres nas economias rurais.

A renda gerada por essas atividades e seus produtos – entre eles, os recursos florestais não madeireiros ou a fauna e a flora aquáticas – é essencial para a segurança alimentar das comunidades rurais, especialmente nas áreas mais isoladas.

O setor florestal requer políticas consistentes e de longo prazo para alcançar seu pleno desenvolvimento. Além disso, o negócio florestal precisa de condições de financiamento que levem em consideração os longos períodos de crescimento das árvores.

A certificação de produtos madeireiros e não madeireiros agrega valor e contribui para a melhoria das condições socioeconômicas dos trabalhadores do setor.

A aquicultura sustentável surgiu como um setor dinâmico, no qual a região já está avançando rapidamente e com grande potencial para atender ao aumento esperado nas demandas de alimentos.

A sustentabilidade das áreas de pesca da América Latina e do Caribe (ALC) está em declínio, sendo o Pacífico Sul a área que apresenta os menores índices de sustentabilidade. Isso se deve principalmente à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e, embora em menor grau, aos impactos das mudanças climáticas.



Há uma demanda crescente por experiências turísticas relacionadas à cultura e à natureza. A abundância de recursos ecológicos e a diversidade cultural da ALC oferecem uma vantagem competitiva à região nesse setor.



Os principais desafios para o turismo rural (infraestrutura, serviços básicos, etc.) são também as necessidades da população local. Por isso, é importante que os investimentos públicos em infraestrutura e serviços básicos levem em conta, em suas análises de prioridades e benefícios, os potenciais benefícios do turismo.

Florestas, pesca, aquicultura e turismo como motores do desenvolvimento local¹

Introdução

As atividades florestais, de pesca e aquicultura apresentam menor presença nas exportações, no emprego e no valor agregado dos países da região do que aquelas do setor agropecuário, mas isso não significa que sejam menos importantes para as comunidades rurais. Esses setores oferecem emprego local com baixos requisitos de capital humano e físico, permitindo a diversificação de renda para as comunidades rurais, ao mesmo tempo em que fornecem alimentos, como os provenientes da pesca e dos produtos florestais não madeireiros.

No caso do turismo, seu papel nas economias da região é mais heterogêneo, com destaque para os países caribenhos, para os quais a renda proveniente

desse conceito pode representar mais de 20% do PIB. A crescente demanda por turismo de natureza e cultural oferece aos países a oportunidade de desenvolver o turismo rural, com experiências que envolvem as comunidades locais.

O capítulo caracteriza esses três setores nas economias da América Latina e do Caribe (ALC), destacando seu aspecto rural e suas contribuições para as economias locais, bem como seu potencial. O capítulo também analisa as principais oportunidades e desafios que esses setores enfrentam para melhorar as condições de vida das populações locais e fornece recomendações de políticas para seu fortalecimento.

¹ Este capítulo foi elaborado por Guillermo Cabral e Juan Odriozola com a assistência de pesquisa de Belén Cañuelo, Delfina Silva e Emilse Vargas.

Setor florestal

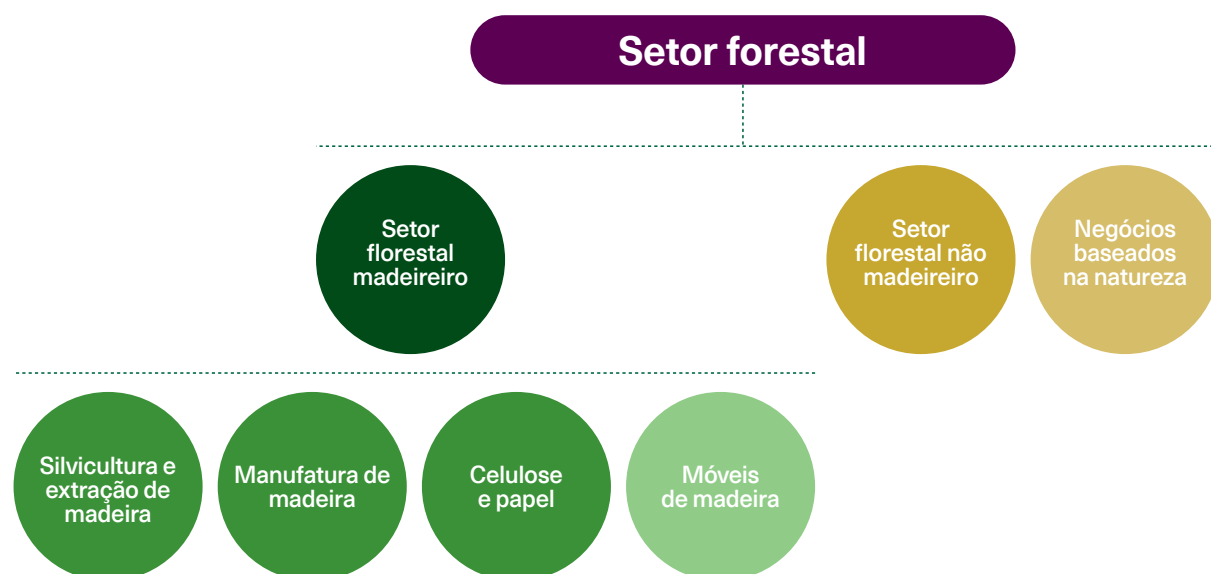
O setor florestal madeireiro é classificado em quatro subsetores: 1) silvicultura e extração de madeira, 2) manufatura de madeira, 3) celulose e papel e 4) móveis de madeira.

Para fins deste documento, o “setor florestal madeireiro” compreende os três primeiros subsetores, salvo indicação em contrário. A exclusão do subsetor de móveis de madeira se deve ao fato de que sua atividade parece estar mais concentrada em áreas urbanas e à falta de dados desagregados.

O setor florestal não madeireiro², por sua vez, inclui uma grande variedade de produtos, como nozes, cogumelos, ervas, especiarias, plantas aromáticas, borracha, etc. Sua importância na economia tende a ser subestimada por estar mal representada nas estatísticas públicas, já que grande parte de seu comércio ocorre no setor informal (Sorrenti, 2017).

Os negócios baseados na natureza no setor florestal aproveitam os recursos e serviços florestais de forma sustentável para gerar renda, como é o caso dos créditos de carbono.

Figura 5.1
Diagrama dos subsetores florestais



² A FAO define os produtos florestais não madeireiros como “bens derivados das florestas que são objetos tangíveis e físicos de origem biológica, diferentes da madeira” (Sorrenti, 2017).

A importância do setor florestal na América Latina e no Caribe

A região possui uma das maiores extensões de cobertura florestal do mundo, com aproximadamente 935 milhões de hectares (ha) de florestas, o que representa cerca de 22% da área florestal global (FAO, 2021a). No entanto, essa abundância é acompanhada por profundas ameaças. O desmatamento, os incêndios e a mudança no uso do solo, especialmente pela expansão da agricultura e da pecuária, representam as principais causas da perda de cobertura florestal na região (WRI, 2025). Embora a taxa de perda líquida de florestas tenha diminuído em alguns países, a degradação continua sendo significativa, afetando não apenas a biodiversidade, mas também os meios de subsistência das comunidades rurais e indígenas.

Em 2022, a ALC contava com aproximadamente 22,5 milhões de hectares de plantações florestais (FAO, 2024d), principalmente de eucaliptos e pinheiros. De 1990 a 2022, observou-se um aumento de 195% no número de hectares plantados na região, em comparação com um crescimento global de 71% no mesmo período. Argentina, Brasil, Chile e Uruguai concentram 81% das plantações da ALC.

A América Latina e o Caribe foi a região com maior crescimento de plantações florestais nos últimos 22 anos

A distribuição das plantações florestais por tamanho de propriedade mostra uma concentração em grandes propriedades. Por exemplo, no Chile, três grandes empresas (com mais de 30.000 ha de plantações) detêm 55,4% da área plantada; dez empresas de médio porte (de 5.000 a 30.000 ha) representam 10,1%; 683 proprietários médios (200 a 5.000 hectares) detêm 10,6% e 22.830 pequenos produtores (menos de 200 hectares) detêm 23,9% (Banco Mundial, 2020b).

Os dados do censo agropecuário do Brasil de 2017 mostram a quantidade de madeira produzida (em metros cúbicos [m³]) para diferentes fins e por tamanho de estabelecimento. Nos 99.718 estabelecimentos com menos de 200 ha, foi produzida 29,8% da madeira; nos 4.731 estabelecimentos de 200 a 2.500 ha, 25,2%; e nos 779 estabelecimentos restantes, com mais de 2.500 ha, 45,3%.

Os países da região apresentam um alto potencial para a silvicultura

Alguns países da região se caracterizam por alta produtividade na silvicultura. Cubbage et al. (2022) confirmam isso ao medir a quantidade de metros cúbicos de madeira produzida por hectare por ano (m³/ha/ano) para diferentes espécies de árvores (tabela 5.1). Os autores calculam a taxa interna de retorno (TIR) das plantações, levando em consideração os custos de produção e os preços de venda. Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai apresentam um rendimento elevado, semelhante ao de países asiáticos e superior ao de países europeus ou aos Estados Unidos.

As perspectivas de crescimento da demanda por produtos florestais e as vantagens comparativas de alguns países da região na produção geram um potencial importante para este setor. Por exemplo, de acordo com a FAO (2022d), a demanda por produtos industriais de base florestal até 2050 crescerá 37%, em seu equivalente em madeira em tora (principal insumo desses produtos), passando de 2,1 bilhões de m³ de madeira em tora equivalente para 3,1 bilhões de m³. O crescimento da demanda por produtos florestais sustentáveis também fez com que a certificação tivesse um papel cada vez mais importante (vide quadro 5.1).

Tabela 5.1

Rotação, crescimento médio anual e taxa interna de retorno por país e espécie, 2022

País	Espécies	Rotação (anos)	Aumento médio anual (m³/ha)	Taxa interna de retorno (TIR)
China	<i>Eucalyptus sp.</i> (Pingxiang, Guangxi)	6	20,0	28,6
Vietnã	<i>Acácia de pequenos produtores</i> (nordeste)	7	13,5	26,0
Paraguai	<i>Eucalyptus grandis</i> (clones de urograndis)	12	25,0	22,0
Vietnã	<i>Eucalyptus urophylla</i> (nordeste)	7	12,8	21,9
Laos	<i>Tectona grandis</i> (de crescimento rápido)	18	12,4	21,2
Laos	<i>Eucalyptus sp.</i> (indústria)	7	33,0	20,9
Argentina	<i>Eucalyptus grandis</i> (média)	13	25,0	20,6
Chile	<i>Eucalyptus globulus</i> (polpa)	16	25,0	14,9
Uruguai	<i>Eucalyptus smitthii</i>	10	22,0	14,6
Colômbia	<i>Pinus tecunumanii</i>	16	28,0	14,2
Chile	<i>Pinus radiata</i> (madeira serrada, solo bom)	22	30,0	14,1
Uruguai	<i>Eucalyptus grandis</i> (polpa)	10	25,0	14,1
Uruguai	<i>Eucalyptus grandis</i> (madeira serrada)	16	27,0	12,4
Chile	<i>Eucalyptus nitens</i> (polpa)	14	30,0	12,3
Brasil	<i>Pinus taeda</i> (madeira serrada)	21	30,0	11,8
Equador	<i>Eucalyptus globulus</i> (4 ciclos de corte)	38	22,0	11,7
Uruguai	<i>Eucalyptus dunnii</i>	10	22,0	11,6
Chile	<i>Pinus radiata</i> (polpa, solo pobre)	16	20,0	11,5
Equador	<i>Tectona grandis</i>	20	18,0	11,4
Colômbia	<i>Pinus patula</i> (madera aserrada)	18	18,0	11,0
Espanha	<i>Eucalyptus globulus</i>	12	19,8	10,6
Estados Unidos	<i>Pinus taeda</i> (crescimento médio no sul)	25	11,3	4,8
Finlândia	<i>Picea abies</i>	63	6,5	4,4
Finlândia	<i>Pinus sylvestris</i>	66	7,5	4,2
Polônia	<i>Pinus sylvestris</i> (floresta estatal ou privada)	100	9,3	2,9
Estados Unidos	Latifoliadas mistas, mesma idade, plantação	60	6,2	2,9

Nota: Os países e as espécies estão ordenados pela TIR.**Fonte:** Cubbage et al. (2022).

Quadro 5.1

O papel das certificações no setor florestal

O desenvolvimento sustentável do setor florestal na ALC depende, em grande medida, de marcos legais robustos e coerentes que reconheçam os direitos de propriedade, regulamentem o acesso e promovam o manejo sustentável dos recursos florestais. Nas últimas décadas, muitos países da região reformaram seus marcos regulatórios para alinhar suas legislações florestais aos princípios de sustentabilidade ambiental, participação comunitária, reconhecimento dos direitos indígenas e sistemas de controle da legalidade.

Nesse contexto, os sistemas de certificação voluntária, entre eles o do Forest Stewardship Council (FSC), ganharam destaque como mecanismos que promovem a sustentabilidade florestal e melhoram a rastreabilidade nos mercados internacionais. Em 2023, mais de 7 milhões de hectares^a estavam certificados segundo os padrões do FSC na ALC, principalmente na Bolívia, Brasil, Chile, México, Uruguai e Peru, países que lideram a região em termos de área sob manejo florestal responsável (FSC, 2025).

A certificação FSC não apenas agrega valor à produção, facilitando o acesso a mercados especializados (como o da construção sustentável e o das compras públicas responsáveis), mas também exige o cumprimento de padrões sociais, ambientais e trabalhistas, incentivando relações mais justas com os trabalhadores e as comunidades locais.

Em uma análise, Mo et al. (2015)^b constatam que os benefícios da certificação superam os custos, estimando os benefícios financeiros em US\$ 6,05 por m³ de produção equivalente de madeira em tora, em comparação com um custo de US\$ 3,71 por m³. Os benefícios da certificação decorrem de vários fatores, entre eles, um prêmio no preço de venda da madeira; eficiências operacionais obtidas pelo melhor planejamento e gestão dos resíduos que a certificação implica; e incentivos fiscais.

A certificação FSC pode ser fundamental para atender aos requisitos especiais de certas jurisdições, como o Regulamento 2023/1115 que a União Europeia (UE) aplica aos produtos florestais (vide capítulo 1). Embora a certificação FSC não garanta o cumprimento automático do regulamento da UE, o FSC desenvolveu um módulo complementar específico para facilitar sua observância. A integração dessas certificações nas políticas públicas nacionais e regionais poderia ampliar seus benefícios, desde que acompanhadas de assistência técnica, financiamento inclusivo, rastreabilidade adaptada às capacidades locais e avaliação e implementação da ecoeficiência.

No âmbito dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs), a certificação da Union for Ethical BioTrade (UEBT) vem se consolidando progressivamente, garantindo que esses produtos sejam obtidos respeitando os princípios de conservação da biodiversidade, do uso sustentável dos recursos naturais e condições de trabalho éticas ao longo da cadeia de valor. Diferentemente do FSC, que se concentra principalmente no manejo florestal para a produção de madeira, a UEBT é voltada para cadeias de valor da bioeconomia, frequentemente ligadas a comunidades indígenas, afrodescendentes ou camponesas. Essa certificação foi implementada com sucesso em países como Brasil, Colômbia e Peru, contribuindo para a formalização da coleta de PFNMs e para o acesso de pequenos produtores a mercados cosméticos, alimentícios e farmacêuticos de alto valor (UEBT, 2022).

Nesse contexto, as mulheres rurais desempenham um papel fundamental, pois frequentemente possuem um conhecimento altamente especializado sobre árvores e florestas, bem como sobre a diversidade de espécies florestais, sua gestão, conservação e utilização para consumo alimentar, medicinal e energético (RedLAC, 2024; FAO, 2025e). Esse conhecimento tradicional não só é essencial para a sustentabilidade das práticas de coleta, mas também possui alto valor estratégico para a gestão e governança florestal (CIFOR e ICRAF, 2013), o que reforça a importância de sua participação ativa em iniciativas de certificação como a UEBT.

a. De acordo com a FAO (2024d), em 2022 havia cerca de 22 milhões de ha de plantações, pelo que a certificação FSC cobre quase um terço do total.

b. O documento estuda os casos de onze empresas e produtores de sete países: Camarões, Colômbia, Indonésia, Malásia, Peru, Portugal e Rússia.

Uma medição recente em 62 países³, representando 72% da área florestal do mundo e 94% do PIB mundial, indica que o setor florestal teve uma contribuição direta formal de US\$ 661 bilhões (0,9% do PIB mundial) a preços constantes de 2015 (FAO, 2022d). Ao incluir as contribuições indiretas, a contribuição total chega a US\$ 1,52 trilhão. Na ALC, Li et al. (2022) estimam a contribuição do setor em 0,8% do PIB, conforme mostra a tabela 5.2.

Esses cálculos subestimam o valor real devido à exclusão dos setores informais da economia. Com base em dados de três subsetores do setor florestal madeireiro (silvicultura e extração de madeira, manufatura de madeira e celulose e papel), que incluem a atividade informal, constatou-se que, na Argentina, no Chile e no Uruguai eles representam entre 1% e 2% do PIB respectivo (tabela 5.2). Tanto as medições de Li et al. (2022) quanto os dados obtidos das contas nacionais, mostram que o subsetor de maior valor agregado é o de celulose e papel.

Tabela 5.2
Valor agregado do complexo florestal madeireiro, 2015 (milhões de dólares)

Região	Silvicultura	Produtos de madeira	Celulose e papel	Móveis de madeira	Total florestal	Percentual do PIB
África	13.457	2.170	2.651	4.206	22.483	0,9%
América Latina e Caribe	10.322	6.996	19.875	8.834	46.027	0,8%
Ásia	81.474	88.984	108.045	59.452	337.955	1,3%
Europa	30.505	47.188	58.741	48.818	185.252	1,0%
América do Norte	29.356	11.402	11.827	6.579	59.165	0,3%
Oceania	2.365	3.742	2.636	1.454	10.197	0,6%
Total	167.479	160.482	203.775	129.343	661.079	0,9%

Fonte: Li et al. (2022) e Banco Mundial (2025g).

Tabela 5.3
Valor agregado por subsetor florestal madeireiro de acordo com as contas nacionais

País	Ano	Silvicultura e extração de madeira	Produtos de madeira	Celulose e papel	Total
Argentina	2024	0,2%	0,2%	0,8%	1,2%
Chile	2022	0,4%	0,7%	0,6%	1,7%
Uruguai	2023	0,6%	0,2%	1,1%	1,9%

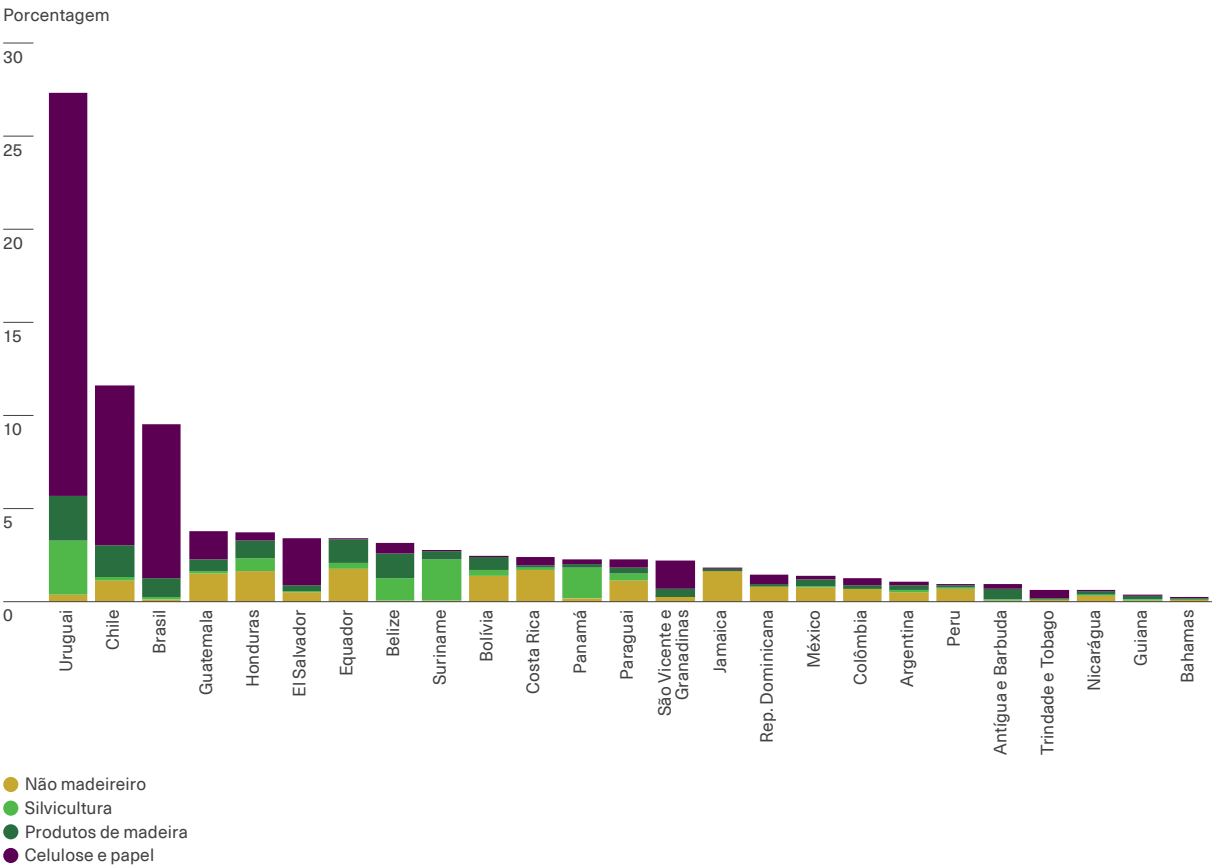
Fonte: Elaboração própria com base nas contas nacionais dos países (consultar detalhes na tabela A.5.1 do apêndice deste capítulo, disponível na edição on-line do RED).

3 Os países da ALC incluídos na medição são Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru.

Em relação às exportações, o setor florestal representa, em média, 3,6% do total, com grande heterogeneidade na região (vide gráfico 5.1). No Uruguai, com três grandes fábricas de celulose, as exportações do setor florestal representam mais de 25% do total nacional, superando inclusive o setor pecuário, de longa

tradição no país. Brasil e Chile seguem na ordem de importância, com 10,5% e 9,4% das exportações totais. Outros países onde as exportações florestais representam pelo menos 1% do total são Belize, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Suriname.

Gráfico 5.1
Exportações de produtos florestais como porcentagem das exportações totais da América Latina e do Caribe, 2023

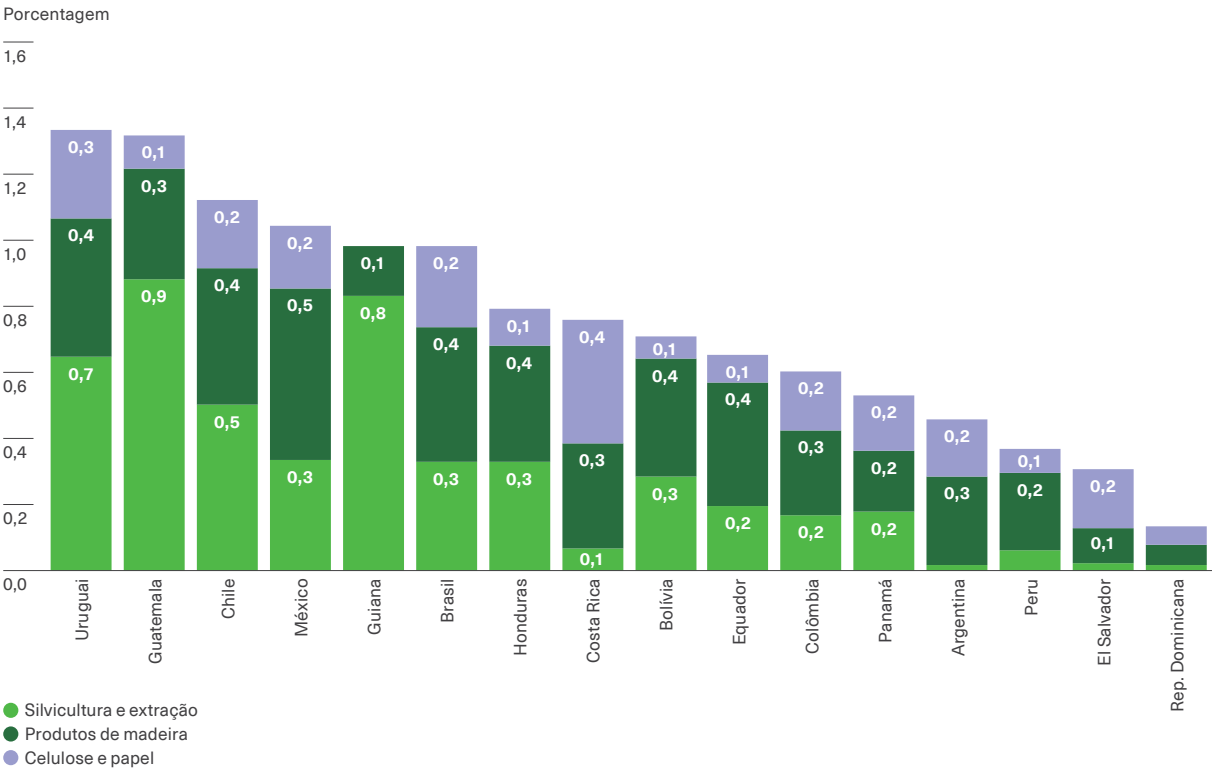


Fonte: Elaboração própria com base em dados das Nações Unidas (s.d.b).

Os três subsetores florestais madeireiros, tipicamente rurais, contribuem com aproximadamente 1% do emprego total global (Lippe et al., 2022). A informalidade no setor é de 77% nos países para os quais há dados disponíveis e apenas 23% dos empregos florestais são ocupados por mulheres. O emprego feminino é maior no subsetor de celulose e papel (28%), que também apresenta a menor informalidade.

Na ALC, observa-se que 0,86% do emprego total está no setor florestal madeireiro, sendo o subsetor de produtos de madeira o que concentra o maior número de empregos, seguido pelo de silvicultura e extração de madeira, e pelo de celulose e papel (gráfico 5.2).

Gráfico 5.2
Emprego no setor de produção florestal como porcentagem do emprego total na América Latina e no Caribe



Nota: Para cada país, são utilizados os últimos dados disponíveis (2024 para México, Brasil, Costa Rica, Equador, Colômbia, Panamá e Peru; 2023 para Uruguai, Guatemala, Honduras, Argentina, El Salvador e República Dominicana; 2020 para o Chile e 2019 para a Guiana).

Fonte: Elaboração própria com base em dados da OIT (s.d.).

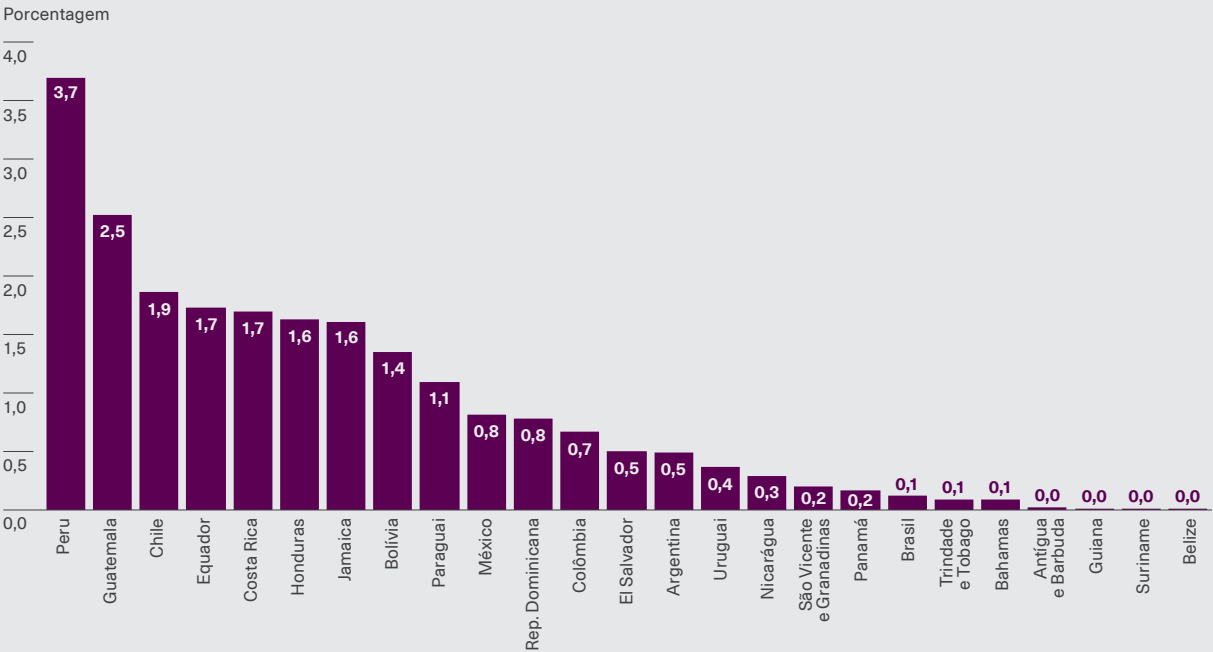
Quadro 5.2

Produtos florestais não madeireiros

A quantificação do valor produzido pelo setor florestal não madeireiro enfrenta inúmeras dificuldades, que vão desde a própria definição dos produtos que devem ser considerados, passando pela falta de medição do consumo de produtos que não entram no mercado, até o comércio informal desses produtos e a falta de informações estatísticas padronizadas e comparáveis. A ampla variedade de produtos que podem ser classificados como florestais não madeireiros inclui cogumelos e trufas, frutas vermelhas, frutas silvestres comestíveis, xarope de bordo, borracha, folhas, raízes de gengibre, cascas, flores, látex, gomas, resinas, bambu, plantas ornamentais e corantes naturais, entre outros.

Sorrenti (2017) identifica vários desses produtos no sistema de classificação estatística do comércio internacional. O sistema harmonizado da Organização Mundial das Alfândegas fornece informações mais detalhadas e é utilizado para calcular as exportações desses tipos de produtos. Eles representam 0,87% de todas as exportações da região (vide gráfico 1). Destaca-se o caso do Peru, com 3,7% das exportações totais, devido principalmente a produtos como o mirtilo. Outros países onde este tipo de produtos tem um peso relativamente elevado são a Guatemala (2,5% das exportações totais), o Chile (1,9%), a Costa Rica e o Equador (1,7% respectivamente), Honduras (1,6%), a Jamaica (1,6%), a Bolívia (1,4%), o Paraguai (1,1%), México (0,8%), República Dominicana (0,8%), Colômbia (0,7%), El Salvador (0,5%), Argentina (0,5%), Uruguai (0,4%), Nicarágua (0,3%), São Vicente e Granadinas (0,2%), Panamá (0,2%), Brasil (0,1%), Trindade e Tobago (0,1%), Bahamas (0,1%), Antígua e Barbuda (0,0%), Guiana (0,0%), Suriname (0,0%) e Belize (0,0%).

Gráfico 1
Exportações de produtos florestais não madeireiros como porcentagem das exportações totais da América Latina e do Caribe, 2023



Fonte: Elaboração própria com base em dados das Nações Unidas (s.d.b).

Relação do setor com a agricultura e outros setores

Setor agropecuário

A conservação florestal traz benefícios fundamentais para a agricultura (como regulação da água, controle da erosão, polinização e fertilidade do solo), enquanto o desmatamento reduziu a produtividade e a resiliência dos sistemas agrícolas na ALC. Diante disso, a agrossilvicultura e os sistemas agroflorestais oferecem uma via estratégica para combinar produção e conservação.

Na região, existem experiências bem-sucedidas de integração entre os setores florestal e agropecuário. Na Colômbia, o Programa de Incentivos a Sistemas Agroflorestais, promovido pela Fedecacao, incentivou o cultivo de cacau junto com árvores madeiras e frutíferas, melhorando a produtividade e reduzindo a pressão sobre as florestas naturais (Castillo Ledesma, 2019). Em Honduras e na Nicarágua, a Fundação Madera Verde promove sistemas silvipastoris com espécies nativas que restauram terras degradadas, aumentam o sequestro de carbono e geram produtos madeiros e forrageiros (Sepúlveda et al., 2020).

Os sistemas silvipastoris são arranjos agroflorestais que combinam plantas forrageiras, como pastos e ervas leguminosas, com arbustos e árvores para nutrição animal e usos complementares (Murgueitio et al., 2011). Esses sistemas têm demonstrado múltiplos benefícios econômicos e ambientais. Chará et al. (2020) analisam dez estudos de caso na Argentina, Colômbia e México, abrangendo períodos de 10 anos de implementação de sistemas silvipastoris, e constata melhorias nas pastagens, aumento na produção de leite e carne por hectare, redução das emissões de GEE por cada 100 quilogramas (kg) de leite ou gado vivo e melhoria no bem-estar animal. Os autores descobriram que os benefícios superaram os custos em todas as fazendas e que o fluxo de caixa inicial é negativo, por isso o financiamento é fundamental.

Energia

Aproximadamente 50% da madeira produzida no mundo é utilizada para gerar energia (FAO, 2018). O setor florestal representa cerca de 40% da energia renovável sob a forma de biomassa. Estima-se que um terço da população mundial utilize energia baseada em produtos florestais (FAO, 2022a). No RED de 2024, é mostrado que a biomassa representa 18,4% da matriz energética da ALC (Allub et al., 2024).

A biomassa desempenha um papel importante na descarbonização. Essa matéria orgânica pode ser utilizada para substituir 20% do combustível consumido na indústria do cimento sem investimentos de capital (Rahman et al., 2016). Além disso, as cinzas da biomassa poderiam substituir 80% do clínquer no cimento (Campos Teixeira et al., 2020).



Aproximadamente 50% da madeira produzida no mundo é utilizada para gerar energia

A biomassa, por outro lado, é uma fonte de energia muito importante para o consumo residencial (Allub et al., 2024). Em países como Chile, Colômbia, Haiti, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Peru, a lenha e o carvão são a principal fonte de energia doméstica (61% do consumo energético em média), superando outras fontes como a eletricidade e o gás, o que tem consequências negativas para a saúde dos habitantes rurais.

Turismo

Estima-se que 7% do turismo mundial seja baseado na natureza (WTTC, 2019).

A Costa Rica tem sido internacionalmente citada como modelo de restauração e conservação,

conseguindo reverter processos acelerados de desmatamento na década de 1980 graças às suas políticas públicas, como o sistema de pagamento por serviços ambientais, a promoção do ecoturismo e o fortalecimento do Sistema Nacional de Áreas de

Conservação. O país mantém mais de 50% de sua superfície coberta por florestas e conseguiu combinar o crescimento econômico com a conservação eficaz (Porras et al., 2013).

Atividades Ilícitas

Um dos riscos mais persistentes é o desmatamento e a degradação florestal, impulsionados pela expansão agropecuária, mineração ilegal, desmatamento ilegal e infraestrutura não planejada. Essa situação gera impactos ambientais e sociais e enfraquece a base de recursos sobre a qual se assenta o desenvolvimento florestal sustentável. Também ameaça os meios de subsistência de quase um bilhão de pessoas que dependem das florestas (Lawson e MacFaul, 2010).

Estima-se que entre 15% e 30% de toda a madeira produzida no mundo provenha do desmatamento ilegal, com um valor que varia entre US\$ 51 bilhões e US\$ 153 bilhões por ano, afetando significativamente a arrecadação fiscal (Interpol, 2021). Além disso, a madeira ilegal reduz os preços mundiais entre 7% e 16% em média (Seneca Creek Associates e World Resources International, 2004)



Estima-se que entre 15% e 30% de toda a madeira produzida no mundo provenha do desmatamento ilegal

Em muitos casos, o desmatamento ilegal não é um fim em si mesmo, mas um subproduto de um processo cujo objetivo essencial é apropriar-se da terra para o cultivo agrícola comercial. Isso explica por que atividades como o desmatamento ou a mineração parecem ter menor impacto na conversão permanente do solo, embora, na realidade, funcionem como precursores-chave de sua degradação (UNODC, 2025b). No caso da ALC, cerca de 77% da perda de florestas tropicais entre 2013 e 2019 foi causada pela agricultura comercial e, dessa quantidade, aproximadamente 88% foi ilegal (Dummett et al., 2021).

Países da América Latina e do Caribe com vantagem comparativa no setor florestal

Casos de sucesso: Brasil, Chile e Uruguai

O caso uruguaio é emblemático. Em 2024, os produtos florestais ocuparam o primeiro lugar nas exportações do país, superando o setor pecuário tradicional. O desenvolvimento do setor teve como pontos de partida fundamentais a estabilidade institucional e jurídica, que garantiu a segurança necessária para investimentos de longo prazo, juntamente com políticas de incentivo à produção que transcenderam diferentes governos. A Lei Florestal (Lei 15939 de 1987) deu ao setor florestal um tratamento diferenciado em relação a outras atividades econômicas em termos

de incentivos econômicos para a produção primária, incluindo isenções fiscais, subsídios para investimento e melhoria no acesso ao crédito. Como resultado, a área de plantações florestais passou de menos de 50.000 ha antes da Lei para mais de 1,1 milhão atualmente (CERES, 2023). A Lei de Zonas Francas (Lei 15921 de 1987) promoveu o desenvolvimento de três grandes fábricas de celulose no país. Esse modelo é referência internacional em integração vertical e pode ser adaptado a outros contextos da região, desde que haja marcos legais estáveis, incentivos de longo prazo e políticas de sustentabilidade.



Floresta de eucaliptos em Rio Negro, Uruguai.

No Chile, o desenvolvimento do setor florestal também se caracterizou por um importante apoio do setor público, que incluiu políticas de longo prazo com uma sólida estrutura institucional e apoio financeiro governamental. Concretamente, o Decreto-Lei 701 de 1974 estabeleceu uma série de incentivos econômicos à atividade florestal, incluindo um bônus para plantações. Essa lei favoreceu principalmente as grandes plantações, mas foi alterada em 1998 para incluir pequenos proprietários (Banco Mundial, 2020b).

O setor público também apoiou o setor florestal na criação do Sistema Chileno de Certificação de Manejo Florestal Sustentável (CERTFOR). Essa certificação, criada em 2002, foi reconhecida e aprovada pelo Programa para a Homologação de Sistemas de Certificação Florestal em 2004.

O Brasil tem uma das taxas de crescimento florestal mais altas do mundo (Cubbage et al., 2022). O crescimento do setor foi impulsionado por um conjunto de políticas públicas. Nas décadas de 1960 a 1980, o governo federal estabeleceu três programas de incentivo ao reflorestamento, que incluíam doações de recursos monetários ou materiais a produtores rurais (Bacha, 2008). Esses programas viabilizaram a expansão das áreas reflorestadas em 4,3 milhões de hectares entre 1970 e 1985 (Bacha, 1995).

●● Os programas de incentivo ao setor florestal passaram de incentivos fiscais para empréstimos de longo prazo e baixas taxas de juro

Os programas de incentivos fiscais federais desapareceram na década de 1990, dando lugar a incentivos por meio de créditos de longo prazo e baixas taxas de juros. Entre eles, destaca-se o Programa PROFLOTA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Bacha, 2008).

Casos de alto potencial: Argentina e Paraguai

A taxa interna de retorno das plantações florestais na Argentina e no Paraguai ultrapassa 20%, conforme observado na tabela 5.1. No entanto, esses países não tiveram um desenvolvimento semelhante ao do Brasil, Chile e Uruguai. O que os impediu de se beneficiar desse crescimento florestal durante o período?

A Argentina possui aproximadamente 1,28 milhão de hectares de plantações florestais (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca, 2024)⁴. Além disso, dispõe de pelo menos 3,7 milhões de hectares de terras florestais para expandir as plantações sem afetar áreas de alto valor de conservação nem competir com florestas nativas ou com culturas agrícolas (Breard et al., 2024).

As exportações de produtos florestais na Argentina estão estagnadas, com um valor aproximado US\$ 600 milhões em 2022, semelhante ao de 2013 (Breard et al., 2024). O saldo comercial do país em produtos florestais tem sido negativo. No entanto, é preciso levar em conta que o país possui um importante mercado interno, para o qual se destinou 88% da produção de painéis (painéis de madeira), enquanto para a celulose foi de 80%.

Mora Alfonsín (2023), em sua análise sobre o setor florestal argentino, conclui que a indústria florestal do país tem grande potencial, mas enfrenta três desafios principais. O primeiro é a ordem macroeconômica, uma vez que o negócio florestal é de longo prazo e as crises financeiras e econômicas – entre as quais se destaca a suspensão dos pagamentos da dívida de 2001 e seus efeitos no acesso aos mercados internacionais – impedem um maior desenvolvimento do setor. Em segundo lugar, o que o autor chama de “licença social”, resultado da rejeição do investimento da Metsä Fibre em Entre Rios e sua posterior instalação no Uruguai, que foi determinante para o baixo desenvolvimento florestal. Por fim, a disponibilidade de terras rurais, pois a Lei 26737 limita a propriedade estrangeira de terras rurais na Argentina, dificultando a instalação de grandes projetos que exigem plantações próprias.

4 A quantidade de hectares de plantações florestais representa aproximadamente 0,55% da área total do país, excluindo a área coberta por corpos d'água interiores.

Quadro 5.3

Mudanças recentes no Paraguai que impulsionam o desenvolvimento do setor

O Paraguai atingiu quase 340.000 ha (0,9% do território) de plantações florestais. O desenvolvimento florestal foi menor do que nos países vizinhos devido à falta de acesso ao crédito compatível com a atividade florestal, à fraca implementação de políticas de incentivos fiscais e financeiros, à fragilidade institucional, à infraestrutura logística limitada, aos altos custos de transporte, à ausência de grandes indústrias florestais, e à Lei nº 515, que proibia a exportação de madeira em tora.

Nos últimos anos, ocorreram mudanças importantes. Em 2013, foi regulamentado o Direito Real de Superfície Florestal, que permite utilizar o “vuelo forestal” (“voo florestal”) (direito sobre o volume de árvores de uma plantação florestal) como garantia para obter crédito. Em 2020, foi suspensa a proibição da exportação de madeira em tora para espécies exóticas e foi criada a Lei nº 6676, que estabeleceu incentivos fiscais para a conservação de florestas nativas.

A modernização institucional incluiu o Portal de Procedimentos do Registro Público Florestal, que digitalizou processos, oferecendo serviços 24 horas por dia, sete dias por semana, reduzindo a burocracia, permitindo pagamentos eletrônicos e melhorando a transparência. O Sistema Nacional de Monitoramento Florestal foi fortalecido com tecnologia de satélite e alertas precoces de desmatamento, que melhoraram a capacidade de fiscalização.

A gestão integral dos incêndios também foi profissionalizada por meio da Lei nº 6818 de 2021 e da criação da Rede de Manejo Integrado do Fogo, implementando alertas precoces, monitoramento, treinamento e equipamentos especializados para bombeiros e técnicos florestais.

O financiamento tem sido historicamente um desafio, especialmente para os pequenos produtores, embora os bancos estatais tenham criado linhas de crédito especiais para o setor.

Destaca-se também o papel desempenhado por grandes projetos, como a instalação de fábricas de celulose, impulsionando a demanda sustentada e em grande escala por matérias-primas, investimentos, geração de empregos de qualidade e transferência de conhecimento e tecnologia.

O Instituto Florestal Nacional iniciou a formulação da primeira política florestal nacional, com uma abordagem sustentável que combina conservação e produtividade. Seu objetivo é impulsionar as plantações florestais, a industrialização responsável e o emprego rural digno. Além disso, promove o fornecimento de bens e serviços florestais, aumentando o valor agregado e a competitividade, garantindo a resiliência dos ecossistemas florestais e gerenciando estrategicamente incêndios, pragas, cursos d'água e biodiversidade, assegurando o fornecimento futuro de produtos madeireiros e não madeireiros e os serviços ecossistêmicos que eles proporcionam.

Fonte: Elaboração própria a partir da entrevista com Cristina Goralewski, presidente do Instituto Florestal Nacional (Infona) do Paraguai, realizada especificamente para este relatório.

No caso do Paraguai, a evolução do setor florestal é caracterizada por um crescimento constante até 2020, ano a partir do qual apresentou uma aceleração. De cerca de 50.000 ha de plantações florestais existentes

em 2010 (Davis et al., 2024), passou para 204.631 ha em 2022 (Infona, 2023a). No final de 2024, a área total de plantações florestais foi estimada em 340.000 ha, uma expansão impulsionada principalmente pelo

projeto da fábrica de celulose Paracel e outros projetos privados⁵. A Paracel plantou mais de 25.000 ha em 2024 em terras próprias (Paracel, 2025).

O Instituto Nacional Florestal do Paraguai estima que existem cerca de 5,9 milhões de hectares com potencial “alto” ou “muito alto” para plantações florestais (Infona, 2023b). O cálculo baseia-se em critérios biofísicos, de acessibilidade, logística, mercado, demanda e socioeconômicos.

Uma primeira limitação à expansão do setor no Paraguai foi a Lei n° 515 de 1994, que proibia a exportação de madeira em tora de qualquer espécie. Essa lei foi alterada em 2020 (Lei n° 6616), mantendo a proibição

apenas para espécies florestais nativas e permitindo-a para espécies de plantações florestais exóticas, incluindo eucalipto e pinheiro.

Davis et al. (2024) apontam alguns fatores que explicariam o relativo baixo desenvolvimento do setor florestal paraguaio, como a complexidade logística, por se tratar de um país mediterrâneo, os longos processos burocráticos, o complexo quadro regulatório, a possibilidade de conflitos na titularidade da terra e os altos riscos de incêndios. Masiero e Massaranti (2023) juntamente com Breard et al. (2024) analisam o setor florestal paraguaio e, entre os desafios encontrados, destacam problemas institucionais que geram sobreposições e conflitos de funções.

Oportunidades de desenvolvimento e políticas florestais

O negócio florestal é de longo prazo e, por isso, requer políticas de longo prazo e segurança jurídica. Os países bem-sucedidos apresentam um conjunto de políticas consistentes e estáveis ao longo do tempo. Isso inclui instituições nacionais específicas para o setor que zelem por seu desenvolvimento, segurança jurídica e agilidade administrativa, bem como marcos regulatórios claros e políticas nacionais de fomento ao setor. Também é importante revisar leis-chave que possam frear o setor, como se observa nos casos da Argentina e do Paraguai.

Também são necessárias políticas de apoio financeiro ou empréstimos adequados ao setor. O negócio florestal requer empréstimos que adiem pagamentos parciais de capital ou juros até o final da operação (de 8 a 15 anos). Os bancos privados não oferecem necessariamente esse tipo de empréstimo, pelo que o setor público tem um papel de apoio ao financiamento. Esses incentivos

devem ser cuidadosamente considerados, pois o setor tende a apresentar uma alta concentração em grandes explorações e os subsídios podem levar a uma concentração de fundos públicos em poucas mãos.

As certificações devem ser promovidas como uma ferramenta para acessar melhores mercados e agregar valor à produção. Os governos podem facilitar o acesso às certificações, especialmente entre pequenos produtores. Na região, há alguns casos de sucesso, como o CERTFOR no Chile e o INFONA, em parceria com o FSC, no Paraguai.

Da mesma forma, poderia ser facilitado o acesso de mais plantações ao mercado de créditos de carbono como uma renda adicional que as incentive. Os novos mercados de carbono permitem a obtenção de recursos para conservação, florestamento e reflorestamento



Ação CAF.

Escaneie o código QR para saber mais sobre o impacto do CAF no setor florestal.

⁵ Em 2024, foi concretizado o Silvipar Astarte Impact Forestry Fund (SAIFF), um fundo de investimento de US\$ 325 milhões para o plantio de aproximadamente 60.000 hectares. O projeto contou com o apoio financeiro do CAF. Mais informações estão disponíveis no site <https://www.silvipar.com/post/astarte-capital-partners-and-silvipar-ab-close-inaugural-impact-forestry-fund-at-325m>

(vide quadro 5.4). Esses recursos poderiam ajudar a financiar projetos florestais e gerar empregos em áreas de conservação. No entanto, para projetos florestais de pequena escala, os mercados de carbono nem sempre cobrem os custos de verificação das capturas e os custos de transação para comercializar os créditos de carbono, de modo que os governos poderiam ter margem de manobra para facilitar o acesso a esses mercados.

Por fim, seria necessário promover a integração do setor florestal com outros setores, como a silvicultura, por seus benefícios econômicos e ambientais. A combinação de plantações com outros setores é possível e potencialmente benéfica em termos econômicos, ambientais e sociais. O caso dos sistemas silvipastoris poderia ser importante nos países do Cone Sul, altamente produtivos no setor florestal e pecuário.

Quadro 5.4

Créditos de carbono

Os créditos de carbono^a são uma fonte de renda adicional para reduzir as barreiras financeiras enfrentadas pelo setor florestal. No mercado voluntário de carbono, 36,8% dos créditos de carbono emitidos até o momento resultaram da implementação de atividades de conservação e prevenção do desmatamento (REDD, na sigla em inglês), bem como de atividades de reflorestamento (plantações florestais) pertencentes à categoria de soluções baseadas na natureza (Climate Focus, 2025b).

Em 2024, cinco países da América Latina e do Caribe estavam entre os maiores contribuintes de projetos que geram esse tipo de ação de mitigação (REDD e reflorestamento): Brasil, Colômbia, Guiana, México e Peru (Climate Focus, 2025a).

No caso específico das atividades de reflorestamento, o esquema mais amplamente aplicado e bem-sucedido na região tem sido o denominado “guarda-chuva” ou “agrupamento de projetos”. Consiste em agrupar diferentes plantações florestais como uma única iniciativa de mitigação, de forma a cobrir os custos de geração dos créditos, garantindo uma rentabilidade mínima para todos os participantes do projeto. Esse esquema foi adotado pela grande maioria dos programas voluntários de GEE presentes na região (Verra, GS, Cercarbono, Biocarbon, etc.) e goza de prestígio e confiança como uma alternativa técnica e financeiramente viável para integrar pequenos reflorestadores em esquemas de mercado de carbono a baixo custo.

É importante mencionar também que, apesar dos benefícios ambientais, sociais e financeiros decorrentes dos créditos de carbono, as atividades provenientes de iniciativas do tipo REDD não estiveram isentas de críticas. Publicações da imprensa regional (por exemplo, La Silla Vacía) e internacional (como The Guardian) questionaram a integridade dos resultados de mitigação obtidos, alegando que a maioria desses projetos REDD não gerou o impacto indicado (Greenfield, 2023) ao superestimar seus potenciais de mitigação e omitir o cumprimento de salvaguardas ambientais e sociais, bem como ao incorrer em práticas de dupla contabilidade dos benefícios para uma mesma área geográfica. Isso teve um efeito negativo no mercado voluntário de carbono, afetando não apenas os projetos REDD, mas todos os tipos, incluindo as atividades de reflorestamento (que não receberam qualquer questionamento quanto à integridade), e resultou em uma queda significativa nas emissões de créditos de carbono a partir de 2021. No entanto, várias organizações, tanto do norte global (IC-VM, IETA, VCMI, etc.) quanto do sul global (CAF, FSC-Indigenous Foundation), defenderam esse mecanismo e desenvolveram e promoveram estratégias para aprimorar e garantir sua integridade, impacto, institucionalidade e transparência, reacendendo o interesse dos setores produtivos em seu uso para compensação de suas emissões de GEE e recuperando a confiança nele.

a. Este termo refere-se aos certificados negociáveis que representam a redução ou eliminação das emissões de dióxido de carbono (CO₂) lançadas na atmosfera.

Pesca e aquicultura

A importância da pesca e da aquicultura para a América Latina e o Caribe

A pesca e a aquicultura são importantes atividades para a renda, o emprego e a alimentação das populações costeiras rurais da ALC. Este setor tem um grande potencial de crescimento, dadas as projeções de aumento populacional, o consequente aumento da demanda mundial por alimentos e o desenvolvimento da aquicultura sustentável globalmente. A aquicultura da região passou de 2,6% da produção mundial em 2000 para 4,6% em 2022 (tabela 5.4), um crescimento liderado principalmente pelo forte aumento da aquicultura marinha (FAO, 2024b). Brasil, Chile e Equador, como líderes regionais neste setor, concentram quase 80% da produção aquícola da ALC e estão entre os 15 maiores produtores mundiais (FAO, s.d.b).

●● A América Latina e o Caribe têm sido a região com maior crescimento da aquicultura nos últimos 25 anos

A contribuição da pesca e da aquicultura para o valor agregado nacional varia amplamente na região, embora na maioria dos países represente uma parcela modesta do produto total (gráfico 5.3). Por exemplo, no Peru, onde a pesca tem sido tradicionalmente importante para a economia, esses setores (incluindo o processamento industrial) representaram cerca de 0,3% do valor agregado nacional em 2024. No caso do Chile, a pesca e a aquicultura representam cerca de 0,5% do PIB, uma pequena contribuição em comparação com a mineração, mas significativa em termos de cadeias produtivas e desenvolvimento local.

O valor agregado por tonelada (t) de produção na ALC tende a ser alto em comparação com outras regiões, dada a ênfase em espécies de alto valor comercial (camarão, salmão e lagosta, entre outras). De fato, a América Latina ocupa o segundo lugar no mundo em valor médio por quilo produzido, atrás apenas da Oceania (De las Mercedes Jaime Muñiz e Jimber del Río, 2025). Isso reflete a qualidade e o preço dos produtos latino-americanos no mercado global e evidencia oportunidades para continuar melhorando o valor agregado por meio do processamento e das certificações de origem sustentável.

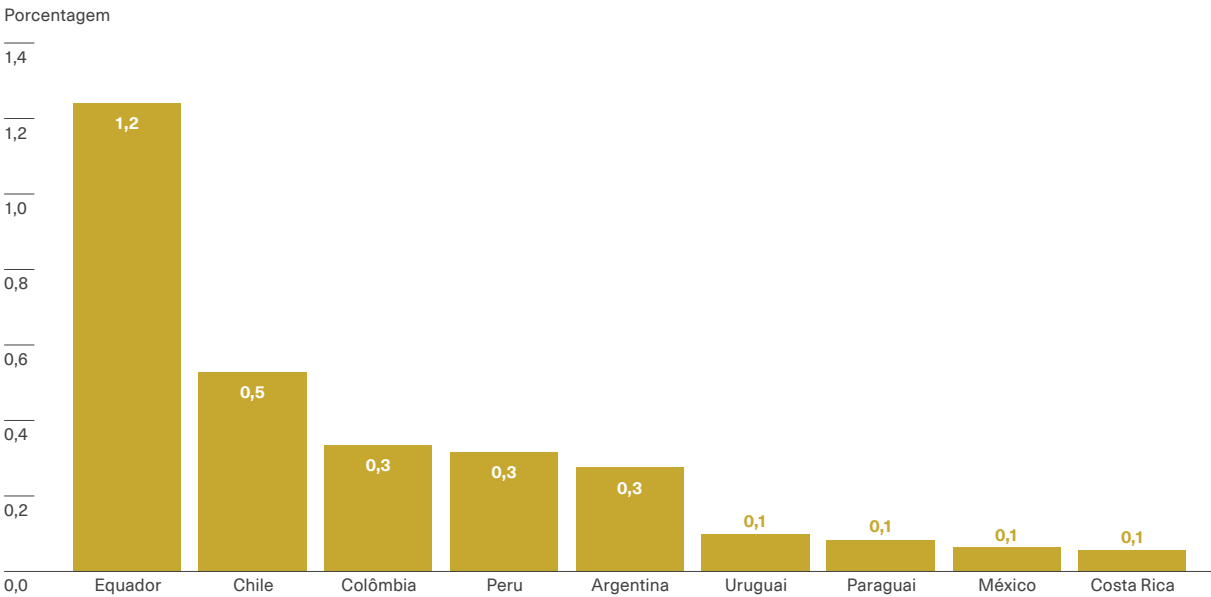
Mais de 2 milhões de pessoas trabalham na pesca e na aquicultura na região (FAO, 2024b). O gráfico 5.4 mostra a participação de ambas as atividades no emprego dos países da ALC. A baixa participação em países como Peru e Chile, que possuem uma grande indústria, explica-se em parte pela baixa intensidade de mão de obra na pesca industrial e pelo sub-registro do emprego na pesca. O gráfico 5.5 mostra, a partir de dados de pesquisas domiciliares, a proporção do emprego na pesca que corresponde à pesca rural. Observa-se que os países com maior presença da pesca industrial apresentam valores relativamente baixos, em torno de 20% e 30%, enquanto que em países como Colômbia, El Salvador ou Panamá, a pesca rural representa entre 60% e 80% do emprego no setor.

Tabela 5.4
 Produção da aquicultura por região

	África	América Latina e Caribe	América do Norte	Ásia	Europa	Oceania	Mundo
2000	399.622	838.939	584.495	28.422.489	2.052.889	121.824	32.420.258
2022	2.316.825	4.313.508	644.547	83.399.172	3.503.440	235.231	94.412.723
Participação em 2000	1,2%	2,6%	1,8%	87,7%	6,3%	0,4%	
Participação em 2022	2,5%	4,6%	0,7%	88,3%	3,7%	0,2%	

Nota: Os valores de produção são expressos em milhares de toneladas equivalentes em peso vivo.
Fonte: Elaboração própria com base na FAO (2024b).

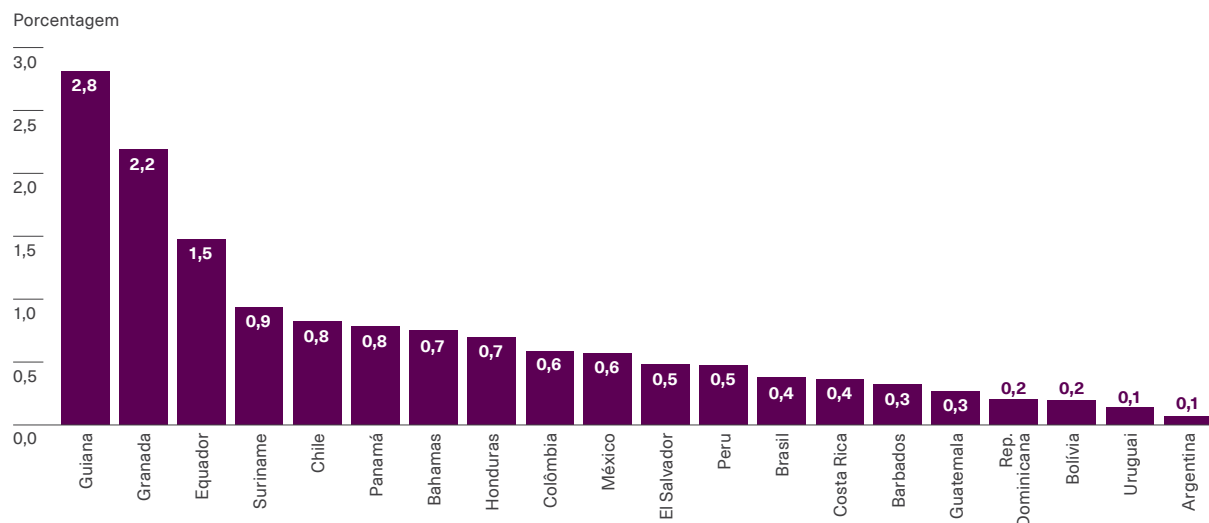
Gráfico 5.3
 Participação da pesca e da aquicultura no valor agregado total em países da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: Os dados não distinguem entre pesca e aquicultura, portanto, o valor representa o total agregado de ambos os setores.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados das contas nacionais dos países (consultar detalhes na tabela A.5.1 do apêndice deste capítulo, disponível na edição on-line do RED).

Gráfico 5.4

Participação da pesca e da aquicultura no emprego total em países da América Latina e do Caribe



Nota: Os dados não distinguem entre pesca e aquicultura, por tanto, o valor representa o total agregado de ambos os setores. São utilizados os últimos dados disponíveis para cada país (2025 para o México; 2024 para a Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai; 2023 para Barbados, El Salvador, Granada e Guatemala; 2020 para o Chile; 2019 para as Bahamas e Guiana; e 2016 para o Suriname).

Fonte: Elaboração própria com base em dados da OIT (s.d.).



Mais de 2 milhões de pessoas trabalham na pesca e aquicultura na região

Em termos de salários, o gráfico 5.6 mostra que existe uma grande heterogeneidade na região. Nos países da América do Sul, o salário da pesca e da aquicultura rural está geralmente abaixo da média rural, com exceção do Peru, enquanto na América Central se observa uma maior heterogeneidade, com salários próximos da média rural total.

Grande parte desses números, baseados em pesquisas e registros oficiais, subestimam o emprego relacionado à pesca, uma vez que não incluem pessoas que trabalham nas etapas pós-captura. Nesse sentido, estima-se que, para cada pessoa registrada na pesca ou aquicultura, há até três empregos adicionais em atividades relacionadas (processamento, transporte, comércio, etc.) (Flores-Nava, 2019).

Muitos desses empregos secundários ocorrem em áreas rurais ou pequenas cidades pesqueiras, fortalecendo as economias locais. As mulheres das comunidades costeiras frequentemente trabalham no processamento artesanal do peixe (limpeza, filetagem, secagem) ou na venda em mercados locais, integrando-se assim à cadeia de valor. De fato, entre 40% e 90% dos empregos pós-captura (como os de processamento e comercialização) são ocupados por mulheres na ALC (Flores-Nava, 2019), o que ressalta o papel fundamental que a pesca desempenha para sua inclusão econômica (vide quadro 5.5).

Além disso, a pesca artesanal muitas vezes funciona como uma rede de segurança no emprego rural. A pesca artesanal funciona como um “seguro” de autoemprego e alimentação para agricultores ou silvicultores familiares em períodos em que as colheitas agrícolas são menores do que o esperado, quando os preços caem ou quando não é época de safra (Coomes et al., 2010).

Gráfico 5.5
 Proporção da pesca e da aquicultura rural no emprego total da pesca em países da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Os dados não distinguem entre pesca e aquicultura, portanto, o valor representa o total agregado de ambos os setores.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).



Comunidade pesqueira caribenha em Maracas Bay,
Trindade e Tobago.

Gráfico 5.6
 Salário por hora na pesca e aquicultura rural em relação ao salário médio por hora rural
 em países da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Cada valor representa a relação entre o salário por hora na pesca e aquicultura rural e o salário médio por hora rural. Os pontos ausentes se explicam pela falta de dados nas pesquisas desses anos. Os dados não distinguem entre pesca e aquicultura, portanto, o valor representa o total agregado de ambos os setores.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Quadro 5.5

Mulheres rurais e pesca artesanal na América Latina e no Caribe

As mulheres rurais das comunidades costeiras e ribeirinhas têm uma presença histórica e ativa na pesca artesanal da ALC. Seu trabalho abrange toda a cadeia de valor, desde a captura e coleta, onde as mulheres representam em média 25% da força de trabalho pesqueira regional, até o processamento pós-captura (limpeza, filetagem, salga, defumação e secagem), manufatura, preparação de alimentos e comercialização direta. Elas também participam da confecção e reparo de redes de pesca, do turismo comunitário e da aquicultura artesanal (Guedes et al., 2021; Nobre e Hora, 2017; Quesada et al., 2023).

Essas mulheres enfrentam barreiras estruturais que limitam sua autonomia e o reconhecimento de seu trabalho. A pesca é tradicionalmente vista como uma atividade masculina, o que exclui as mulheres dos marcos legais e da gestão pesqueira, além de dificultar seu acesso a direitos formais, créditos e meios de produção, como embarcações ou motores para essas embarcações. Outra limitação que enfrentam é a presença de intermediários nas cadeias de valor, o que gera dependência e reduz suas margens de lucro.

Além de seu importante papel econômico nas etapas pós-captura, elas desempenham um papel fundamental na proteção ambiental. São reconhecidas como guardiãs da água e do território e se envolvem na proteção de áreas úmidas e manguezais, em projetos de educação e proteção ambiental, no monitoramento de fontes hídricas e na denúncia de ameaças relacionadas a atividades extrativas ou poluentes (RedLAC, 2023).

Fonte: Elaborado com base no RedLAC e no CAF (2025).

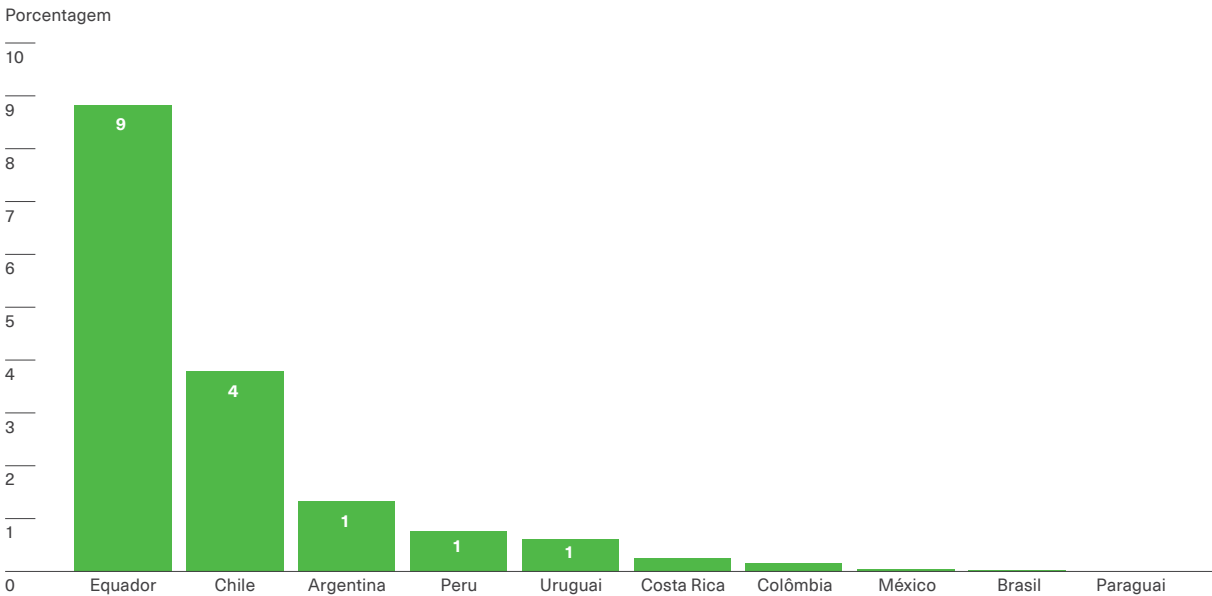


As mulheres rurais têm uma forte presença nas etapas pós-captura e desempenham um papel fundamental na proteção ambiental

O setor pesqueiro contribui para os cofres públicos e para as economias nacionais de diversas formas, incluindo a geração de divisas por meio de exportações, o pagamento de impostos, direitos e licenças, e a taxa de acesso aos recursos. O gráfico 5.7 mostra a participação da pesca e da aquicultura nas exportações dos países da ALC. Dentre eles, destaca-se o Equador, onde, graças ao desenvolvimento da aquicultura, as exportações desse subsetor e da pesca representam quase 9% do seu valor agregado.

A comercialização dos direitos de pesca e das licenças também gera receitas para os países. Eles cobram taxas pela concessão de permissões de pesca comercial (por exemplo, cotas de anchoveta em leilão no Peru, licenças para frotas industriais no Chile, etc.), cujas receitas revertem para o governo central. Além disso, alguns países obtêm receitas através do registro de bandeiras de navios de pesca. No entanto, a criação desses sistemas pode gerar externalidades negativas relacionadas à pesca ilegal, não declarada ou não regulamentada (CLALS American University e InSight Crime, 2022).

Gráfico 5.7
Participação da pesca e da aquicultura nas exportações totais dos países da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: Os dados não distinguem entre pesca e aquicultura, portanto, o valor representa o total agregado de ambos os setores.
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2025b).

Eixos econômicos da pesca latino-americana e caribenha

Juntos, cinco países representam 90% do volume e do valor das exportações da pesca e da aquicultura da região. Chile e Equador lideram a lista, contribuindo cada um com cerca de um terço do valor exportado regionalmente e mais de um quarto do volume; no caso do Chile, principalmente devido às suas exportações de salmão, truta e mexilhão e, no caso do Equador, pelas suas exportações de camarão de cultivo e atum. Segue o Peru, contribuindo com 11% do valor exportado e 20% do volume, enquanto a Argentina e o México representam aproximadamente 8% e 6% do volume e 6% e 5% do valor exportado, respectivamente (FAO, s.d.b).

● ●
Juntos, Chile, Equador, Peru, Argentina e México representam 90% do volume e do valor das exportações da região

No Chile, os produtos do mar são o segundo setor de exportação, depois da mineração. Somente em 2023, as vendas de salmão e truta representaram 6,7% do total das exportações chilenas (Santander Trade, 2025). No Equador, o camarão lidera as exportações não petrolíferas e a aquicultura impulsionou o país entre os principais exportadores mundiais de produtos aquáticos (FAO, 2024b). Historicamente, o Peru mantém uma indústria de anchoveta, sendo a farinha de peixe um

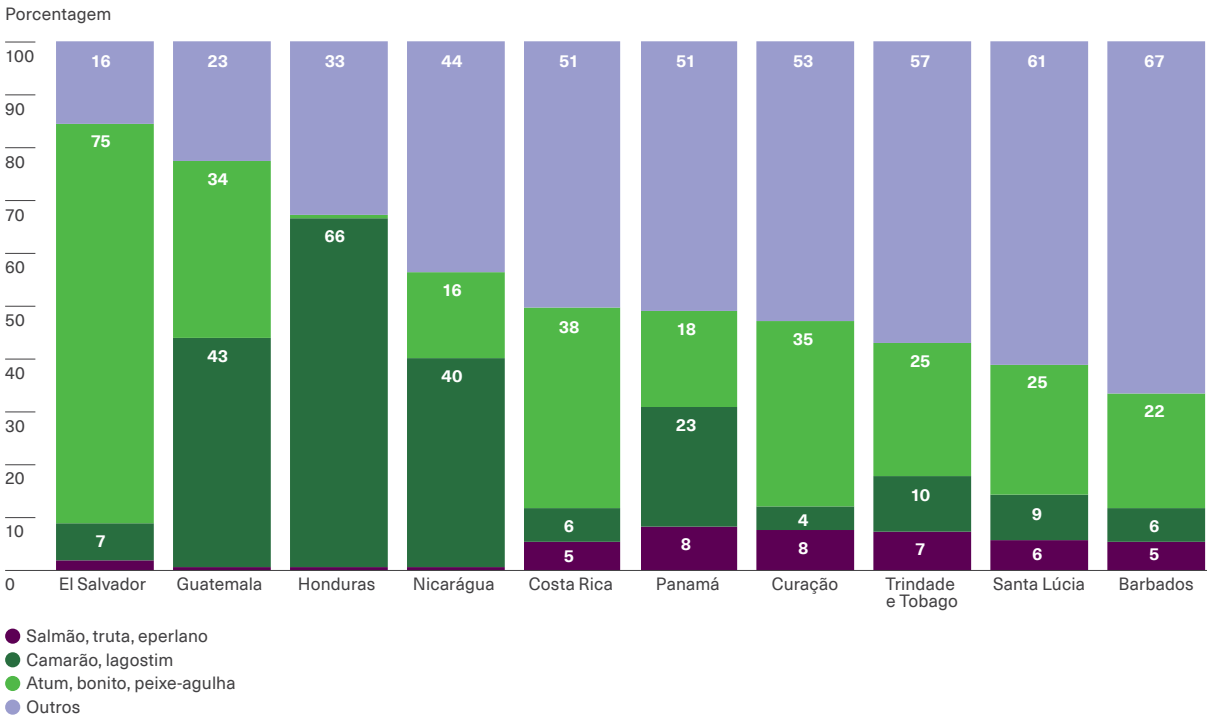
produto fundamental. Com o surgimento da aquicultura, a demanda por esse produto aumentou, pois é utilizado como insumo para a produção. Apesar de sua baixa participação nas exportações, em comparação com o Chile e o Equador, o Peru lidera na região, com 40% da pesca total e 6% da pesca mundial, o que se explica pelo alto nível de consumo de peixe per capita nesse país e sua grande tradição gastronômica.

Na América Central, apenas as exportações pesqueiras de Honduras e Nicarágua ultrapassam 1% do seu PIB (1,2% e 1,6%, respectivamente). Nas economias da América Central e do Caribe, a produção do setor destina-se principalmente ao mercado interno, mas os produtos que exportam são de alto valor (camarão, lagostim, atum, salmão ou truta). O gráfico 5.8 mostra os países da sub-região com maior participação de

produtos pesqueiros de alto valor nas suas exportações pesqueiras totais. Na América Central, destacam-se El Salvador e Guatemala, com mais de 70% de suas exportações em salmão, truta, eperlano, camarão e lagostim. Por sua vez, Honduras e Nicarágua também apresentam uma elevada participação de produtos de alto valor, com predominância de camarão e lagostim.

● ●
A produção do setor nos países da América Central e do Caribe destina-se principalmente ao mercado interno, mas esses países exportam produtos de alto valor

Gráfico 5.8
Participação nas exportações de produtos de alto valor em países da América Latina e do Caribe, 2023



Fonte: Elaboração própria com base em dados da FAO (s.d.b).

O aspecto rural do setor

Grande parte da atividade pesqueira ocorre em pequenas comunidades costeiras, localidades ribeirinhas e áreas rurais distantes dos grandes centros urbanos. A pesca artesanal de pequena escala envolve pessoas que operam com embarcações menores ou a partir da costa, com artes tradicionais, a distâncias relativamente curtas de seus vilarejos e geralmente em contextos de economia familiar. Essa pesca artesanal está enraizada nas culturas locais e geralmente é organizada em cooperativas, sindicatos ou simplesmente núcleos familiares cujos conhecimentos são transmitidos de geração em geração. A pesca de pequena escala representa aproximadamente 90% das explorações pesqueiras e 40% da produção (FAO, 2024b).



Grande parte da atividade pesqueira ocorre em pequenas comunidades costeiras, localidades ribeirinhas e áreas rurais distantes dos grandes centros urbanos

Grande parte do peixe e dos frutos do mar consumidos pela população latino-americana provém da pesca artesanal local. Diversas comunidades isoladas dependem do peixe capturado localmente como fonte acessível de proteína animal (FAO, 2020a; Pedroza-Gutiérrez e Hernández, 2020). Isso confere à pesca artesanal um valor estratégico para a nutrição e a saúde rural, complementando a agricultura e a pecuária de subsistência, principalmente em áreas costeiras isoladas. Embora o consumo médio de produtos animais da pesca na ALC (aproximadamente 10 kg per capita por ano) esteja muito abaixo da média mundial (em torno de 20 kg per capita por ano), em muitas comunidades costeiras e ribeirinhas o peixe é a principal fonte de proteína animal disponível. O Peru é a exceção na região, com um consumo superior a 20 kg per capita por ano, sendo um país com grande participação no mercado da pesca e uma gastronomia de destaque mundial e muito ligada ao setor.

O mundo rural pesqueiro também inclui atividades em rios, lagos e áreas úmidas. No entanto, sua contribuição em volume para a subsistência das

comunidades ribeirinhas indígenas e camponesas é menor, de aproximadamente 3% ou 4% das capturas da região (FAO, 2021b). Por exemplo, o Brasil e o México são os países com os maiores volumes de pesca continental na região (cada um ultrapassando 100.000 t por ano). No Brasil, a produção aquícola continental representa 86% da aquicultura total do país, enquanto na Argentina, Bolívia, Colômbia, Jamaica, Paraguai e Uruguai chega a cerca de 100% (FAO, 2021b).

Em termos socioculturais, a pesca rural sustenta modos de vida tradicionais. As técnicas de pesca artesanal são frequentemente carregadas de conhecimentos ecológicos locais e práticas ancestrais. Muitas comunidades costeiras mesoamericanas ou caribenhas combinam a pesca com outras atividades, como artesanato, turismo comunitário (por exemplo, pesca esportiva) ou festividades locais. O turismo de pesca sustentável oferece múltiplas oportunidades às comunidades rurais, como a conservação do patrimônio cultural dos pequenos pescadores e dos recursos marinhos ou a diversificação da renda dos pequenos produtores rurais (Gomei e Bellia, 2019).



Uma parte importante do peixe e dos frutos do mar consumidos pela população latino-americana provém da pesca artesanal local

O setor pesqueiro rural mantém fortes inter-relações com a agricultura e outras atividades primárias na ALC. Em muitas comunidades rurais, a pesca é mais uma parte de um sistema de subsistência diversificado: as famílias alternam ou combinam essa atividade com a agricultura, a criação de pequenos animais, a colheita florestal ou outras tarefas do campo. Essa multifuncionalidade é comum em áreas costeiras rurais, onde, por exemplo, uma unidade familiar pode se dedicar à pesca costeira durante certas épocas do ano e ao cultivo em outras. Esse papel anticíclico pode se intensificar em áreas onde as atividades primárias estão mais ameaçadas pelos impactos das mudanças climáticas.

Outra interação fundamental entre a agricultura e a pesca ocorre por meio das cadeias produtivas; por exemplo, através do uso de subprodutos da pesca na alimentação animal e vegetal. Um caso notável é a farinha de peixe, proveniente em grande parte das pescarias industriais do Peru e do Chile, que historicamente era usada como suplemento proteico alimentar para galinhas, suínos e outros animais de criação. Com o crescimento da aquicultura, grande parte da farinha e do óleo de peixe produzidos na ALC é exportada para alimentar peixes de cultivo, principalmente na Ásia (FAO, 2024b). Por outro lado, a agricultura fornece insumos para a aquicultura: grãos, como soja, milho e trigo, cultivados na Argentina, no Brasil ou no Paraguai, são componentes essenciais das rações balanceadas para camarões e peixes criados na região.

Também há externalidades e conflitos entre a pesca e outras atividades primárias, principalmente devido à competição por recursos naturais. Tanto a carcinicultura quanto a agricultura são responsáveis pela perda de manguezais na ALC. Por outro lado, os insumos agrícolas podem contaminar rios, lagos e

áreas costeiras, produzindo eutrofização⁶, o que afeta a saúde dos ecossistemas pesqueiros. Esse tipo de contaminação cruzada exige abordagens integradas de manejo das bacias hidrográficas e áreas costeiras, de modo que agricultores e pescadores coordenem práticas mais sustentáveis.

Por fim, é importante destacar que tanto a pesca artesanal quanto as demais atividades primárias de pequena escala compartilham desafios comuns no desenvolvimento rural, como altos níveis de informalidade, capacidade limitada de negociação nas cadeias de valor e vulnerabilidade às mudanças climáticas. Isso sugere que as políticas de desenvolvimento rural devem considerá-los em conjunto. Programas de diversificação de renda, microcrédito, extensão rural, seguros agropecuários, etc., podem ter maior efeito se incluírem componentes para as pessoas que trabalham tanto na agricultura quanto na pesca, reconhecendo que, em muitas comunidades, as mesmas famílias alternam entre uma atividade e outra, dependendo da estação do ano e das oportunidades do ambiente.

Superexploração dos recursos naturais e atividades ilícitas

O setor pesqueiro na ALC enfrenta graves problemas devido a atividades ilícitas e à superexploração, que ameaçam a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e, conseqüentemente, sua produtividade, bem como o bem-estar das comunidades rurais que deles dependem. Nas últimas décadas, observou-se um aumento preocupante da pressão sobre os recursos pesqueiros, tanto por atividades lícitas quanto ilícitas. Globalmente, cerca de um terço das populações de peixes marinhos está superexplorado ou esgotado devido à sobrepesca (FAO, 2024b). A ALC abrange quatro grandes áreas de pesca definidas pela FAO. Na região sudeste do Oceano Pacífico, apenas um terço das populações marinhas estavam dentro da sustentabilidade em 2021, enquanto nas duas áreas do Atlântico esse valor é próximo a 60% e apenas a região do Pacífico Central-Leste apresenta um nível de sustentabilidade próximo a 85% (FAO, 2024b).

A superexploração está intimamente ligada à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR). Frotas, principalmente estrangeiras, foram flagradas pescando ilegalmente nos limites ou dentro das zonas econômicas exclusivas de países latino-americanos, especialmente no Pacífico Sul e no Atlântico Sul. Essas atividades INDNR eludem os esforços nacionais de conservação e resultam em enormes perdas econômicas, estimadas em até US\$ 2,3 bilhões, incluindo custos de arrecadação, captura e danos ambientais (CLALS American University e InSight Crime, 2022). No caso da pesca extrativa, podem causar perdas de produtividade e, potencialmente, o desaparecimento do recurso.

Embora em menor escala, a pesca informal também afeta a sustentabilidade de determinados ecossistemas. Alguns pescadores artesanais e comerciais continuam

6 Enriquecimento excessivo de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo, em um ecossistema aquático, o que provoca um crescimento excessivo de algas e plantas, reduz o oxigênio da água e diminui a biodiversidade, afetando gravemente a qualidade da água.

capturando espécies proibidas ou regulamentadas devido à fraca fiscalização. Por sua vez, aqueles que não possuem artes de pesca adequadas, utilizam técnicas que danificam o habitat, dizimando a população de peixes e a sustentabilidade de sua atividade.



A superexploração na pesca está intimamente ligada à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, principalmente de frotas estrangeiras

Em resposta a esses desafios, os países da região começaram a tomar medidas contra a pesca ilegal e a superexploração. Muitos Estados assinaram tratados internacionais, como o Acordo sobre Medidas do Estado do Porto (AMERP) da FAO, comprometendo-se a fechar seus portos a embarcações suspeitas de pesca INDNR. As regulamentações também foram reforçadas; por exemplo, o Peru adotou a recomendação do Comitê de Pesca da OCDE, comprometendo-se a implementar sistemas de rastreabilidade e intensificar os esforços para que os subsídios concedidos sejam direcionados apenas a embarcações legalmente autorizadas. Na região, também foram criadas áreas marinhas protegidas

e proibições temporárias para dar um respiro às diferentes espécies. No entanto, a capacidade de controle e vigilância continua fraca na ALC, principalmente devido à falta de capital físico, como embarcações, drones ou capacidade de satélite (CLALS American University e InSight Crime, 2022).

Na ALC, cerca de 22% das águas territoriais marinhas são classificadas como áreas marinhas protegidas (AMPs), sendo a região com maior presença dessas áreas. É também a região com a maior prevalência de AMPs de uso múltiplo no mundo, representando 48% de todas as suas águas protegidas (Brassiolo et al, 2023). Essas áreas de uso múltiplo buscam conciliar conservação e aproveitamento sustentável por meio de instrumentos como zoneamento, proibições e restrições de práticas e tamanhos de captura. Cinti et al. (2025) em um estudo de 11 casos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e México, constata que as AMPs geridas pela comunidade frequentemente apresentam efeitos positivos na governança dessas áreas e na participação da pescaria de pequena escala. O papel dos governos deve se concentrar em apoiar a capacitação e facilitar sistemas de gestão destinados às populações locais, reconhecer o papel que essas comunidades e produtores desempenham na conservação e na pesca sustentável, bem como fiscalizar a presença de possíveis atividades ilícitas em áreas protegidas.

Oportunidades, desafios e recomendações de política em matéria de pesca e aquicultura

Conforme mencionado no capítulo 1, a pesca oferece oportunidades de desenvolvimento para as áreas rurais, que são determinadas principalmente por três grupos de ações. O primeiro está focado na capacidade dos países de desenvolverem sua aquicultura de forma sustentável. O segundo visa melhorar as condições de trabalho da população local, o que exige maiores esforços para a formalização do emprego em atividades de pequena escala e a integração de mais mulheres nessas atividades. O terceiro procura aproveitar o potencial da pesca, promovendo seu consumo e integrando essa atividade ao turismo e à gastronomia local para reforçar a segurança alimentar regional e diversificar a renda rural.

Promover o desenvolvimento de uma aquicultura sustentável. O principal desafio enfrentado pelo setor é a sustentabilidade na captura, que é ameaçada principalmente pela pesca INDNR, pela superexploração dos recursos e pela vulnerabilidade às mudanças climáticas. Um desafio adicional em todo o setor é a falta de geração e manutenção de dados oficiais e desagregados sobre a atividade como um todo e, principalmente, sobre a pesca rural e de pequena escala. Essa deficiência nos dados dificulta a análise correta da situação e a determinação de prioridades e objetivos para os formuladores de políticas.

A aquicultura está emergindo como a atividade com maior potencial de crescimento para satisfazer a demanda alimentar devido ao seu alto conteúdo nutricional e baixa pegada ambiental, o que permite aliviar a pressão da superexploração das pescarias marinhas e oceânicas (FAO, 2024b). Embora a ALC já seja a segunda região aquícola do mundo, sua produção está concentrada em poucos países. Há um grande espaço para que mais países latino-americanos desenvolvam a aquicultura, seja de peixes de água doce, moluscos, crustáceos ou algas, e a integrem nas economias rurais. A FAO (2022c) estima que as Américas, incluindo o Canadá e os Estados Unidos, serão a região com o maior aumento na produção pesqueira, particularmente no Chile, cuja produção pode crescer mais de 30% entre 2020 e 2030.

As políticas nessa área devem se concentrar na transferência de tecnologia, no financiamento e na capacitação para pequenos e médios aquicultores. A chamada “transformação azul”, promovida pela FAO, e a estratégia de economia azul do CAF seguem essa linha, buscando intensificar a aquicultura de forma sustentável para beneficiar comunidades carentes (CAF, 2025b; FAO, 2024b).

O aumento do consumo interno de peixe representa uma oportunidade para melhorar a nutrição da população latino-americana e caribenha e fortalecer os mercados intrarregionais. Embora a ALC seja um exportador líquido de produtos do mar, o consumo interno é baixo em muitas de suas populações, com exceção do Peru. As políticas nessa área incluem campanhas de educação nutricional que destacam os benefícios do peixe, ou programas de alimentação escolar que incorporam produtos locais. Esses esforços podem simultaneamente aumentar a renda dos pescadores artesanais, ampliando seu mercado doméstico, bem como melhorar a segurança alimentar dos países da região.



Ação CAF.
Escaneie o código QR para saber mais sobre o impacto do CAF na economia azul.



As principais oportunidades da pesca e da aquicultura residem no crescimento da aquicultura sustentável, na formalização do emprego, na integração das mulheres em todas as etapas da cadeia de valor e na promoção dos benefícios nutricionais da pesca

Garantir o futuro da pesca extrativa depende da recuperação e conservação das populações de peixes. São necessárias políticas firmes de ordenamento pesqueiro baseadas na ciência, que estabeleçam cotas de captura compatíveis com o rendimento máximo sustentável, períodos de defeso nas épocas de reprodução e controle do esforço de pesca (número de embarcações, técnicas permitidas, etc.). O Chile, por exemplo, implementou sistemas de cotas desde a década de 1990. O México tem exemplos locais bem-sucedidos como a pesca da lagosta vermelha da Baixa Califórnia, gerida por cooperativas, que foi a primeira pesca artesanal do mundo certificada com o selo de sustentabilidade do Marina Stewardship Council (MSC) e que continua operando de forma sustentável décadas depois (MSC, 2022). As políticas que promovem esquemas de cooperativismo pesqueiro também reconhecem os direitos de uso das comunidades locais.

Será necessário eliminar ou reduzir significativamente a pesca ilegal para que os esforços nas áreas acima sejam eficientes. As políticas dessas áreas devem se concentrar no fortalecimento da vigilância e da dissuasão. Uma oportunidade está na modernização da tecnologia de monitoramento, que inclui sistemas de rastreamento por satélite em embarcações, patrulhamento com drones e radares costeiros (CLALS American University e InSight Crime, 2022), e iniciativas globais como o Global Fishing Watch, que fornecem dados abertos sobre o posicionamento das frotas. Vários países da ALC começaram a colaborar em patrulhas conjuntas e a compartilhar informações de inteligência para interceptar embarcações ilegais. Continuar nessa direção, implementando o Acordo sobre Medidas do Estado do Porto, que impede desembarques da pesca INDNR, e aplicar sanções

exemplares são políticas dissuasórias necessárias. Esses esforços envolverão investimento em infraestrutura e tecnologia de monitoramento, bem como treinamento de funcionários para o uso dessas ferramentas.

Uma ameaça adicional para o setor é sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. Isso acarreta aumentos na temperatura do mar, acidificação, mudanças nos padrões das correntes marítimas ou tempestades mais intensas que ameaçam os pescadores. Portanto, as políticas de desenvolvimento da pesca devem incorporar a adaptação climática como um pilar fundamental. Isso inclui sistemas de alerta precoce e abrigos climáticos para furacões, seguros contra eventos extremos, diversificação das espécies-alvo com outras mais resistentes ou que migram para novas áreas, e capacitação e integração dos pescadores em planos de manejo costeiro resiliente, como a restauração de manguezais e recifes, dois biomas que atuam como barreiras naturais.

O desenvolvimento do setor também passa pelo fechamento de disparidades rurais em infraestrutura básica, condições de trabalho e vulnerabilidade. Isso é especialmente importante para os pequenos pescadores e pescadores artesanais, que, em alguns casos, não dispõem de docas seguras, armazenamento refrigerado, acesso a eletricidade estável, mercados locais ou estradas adequadas para o transporte de sua pesca. O desenvolvimento de mercados locais, armazenamento refrigerado e conectividade rodoviária e digital permitiria reduzir o elevado desperdício pós-captura que, segundo a FAO (2011), representa cerca de 35% da produção do setor a cada ano.

Por outro lado, é crucial estender a proteção social aos pescadores, com esquemas de seguros anticíclicos, seguros de vida e de saúde, bem como sua inclusão nos sistemas de previdência. Alguns países, como o Brasil com o “Seguro Defeso”⁷, começaram a implementar essas políticas. Este programa mostra que a exposição das famílias aos seus benefícios aumenta a matrícula escolar das crianças e está associada a uma melhor qualidade de moradia das pessoas beneficiárias e a uma menor porcentagem de jovens desempregados e sem estudos (FAO, 2022c). A formalização dos pequenos pescadores é um passo prévio necessário, tanto para melhorar a renda e as condições de trabalho dos trabalhadores quanto para incluí-los nos sistemas de proteção e seguros.



As principais ameaças para o subsector são a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, bem como os impactos atuais e potenciais das mudanças climáticas

Muitas comunidades rurais enfrentam vulnerabilidades devido à sua dependência de poucos recursos sazonais provenientes da pesca ou da agricultura. Algumas famílias migram temporariamente, o que transforma os ritmos de vida e a organização comunitária. Nesse contexto, alerta-se para a inadequação das políticas de crédito. Os créditos convencionais não contemplam os meses de defeso nem as flutuações próprias da atividade, o que produz endividamentos regressivos que afetam especialmente aqueles que se encontram em maior situação de informalidade (RedLAC e CAF, 2025).

Por fim, um dos grupos mais vulneráveis, por sua invisibilidade e pela prevalência do emprego informal e até mesmo não remunerado, são as mulheres rurais. Em 2013, a FAO publicou suas boas práticas para eliminar as desigualdades de gênero nas cadeias de valor da pesca (FAO, 2013a). Entre essas práticas estão a legislação específica sobre igualdade de gênero, apoio ao acesso à terra e aos recursos necessários para a pesca, capacitação, melhoria dos sistemas de informação e monitoramento, melhorias na segurança e higiene no trabalho, eliminação do trabalho infantil e promoção da ação coletiva liderada por mulheres.

O turismo de praia ou de pesca é uma alternativa promissora em algumas áreas costeiras. Os pescadores artesanais podem oferecer excursões, pesca esportiva ou ecoturismo, enquanto as áreas costeiras também podem desenvolver sua indústria gastronômica promovendo a venda de peixe fresco, atividades que geram renda adicional às comunidades rurais costeiras.

É também necessário incentivar a agregação de valor aos produtos do setor. Atualmente, grande parte da pesca artesanal é vendida como produto fresco a baixo preço ao intermediário, uma prática que também contribui para o desperdício do setor, já que se baseia em métodos de limpeza rudimentares e geralmente

⁷ É um seguro que beneficia pessoas que vivem da pesca artesanal nos períodos em que a atividade é proibida ou restrita.

carece de métodos modernos de armazenamento. O apoio à capacitação e a pequenos investimentos podem fomentar o desenvolvimento de microempresas

de processamento (como defumados, conservas, embalagens a vácuo, etc.), obtendo melhor rentabilidade.

Setor do turismo

A relevância do setor na América Latina e no Caribe e sua ligação com a ruralidade

O turismo é uma importante atividade econômica para a ALC, onde emprega aproximadamente 1% da população. O setor ganha particular relevância no Caribe e na América Central, devido principalmente à sua força no turismo de praia. Nas Bahamas, por exemplo, 10,83% do emprego se concentra nesse setor, enquanto em Barbados chega a 6,19%. Os gastos dos turistas também constituem uma importante fonte de renda para as comunidades e o Estado. Em relação aos gastos dos turistas na região, observa-se que em vários países do Caribe e da América Central esse indicador representa entre 1,6% até quase 60% do PIB, enquanto na América do Sul os números variam entre 0,3% e um máximo de 3,8% do PIB.



Aproximadamente 1% da população da América Latina e do Caribe trabalha no setor do turismo

O turismo rural faz parte das prioridades dos governos, de acordo com dados da Primeira Pesquisa sobre Turismo Rural realizada pela ONU Turismo (2023). Essa priorização se manifesta na maioria dos países por meio de programas públicos de promoção do setor, especificamente do turismo rural e comunitário. Este é definido como uma “modalidade turística que ocorre em áreas rurais, onde, associativamente, as comunidades locais exercem a liderança sobre seu desenvolvimento e gestão” (Gandolfi e Ramírez, 2025). Esse tipo de turismo tem, portanto, a característica de ser gerido em comunidade, excluindo aquele administrado por uma única pessoa ou família.

A importância do turismo rural e comunitário está documentada em alguns países da região (vide quadro 5.6) e sua importância relativa ao turismo total é estimada, com base em documentos dos Ministérios do Turismo, em 15% para a Colômbia, 18% para o Peru e 20% para a Costa Rica (Gandolfi e Ramírez, 2025).

Organizações internacionais, como a ONU Turismo, aderiram à priorização desse subsetor ao declarar 2020 como o “Ano do turismo e do desenvolvimento rural”, cujo foco era gerar desenvolvimento por meio do turismo (ONU Turismo, 2024). Com esse impulso, surgiu também o programa Best Tourism Villages (Melhores Vilas Turísticas), que reconhece destinos rurais de destaque.

Agências internacionais e governos veem no turismo rural uma ferramenta para reduzir as disparidades em termos de infraestrutura, serviços básicos e renda. Por outro lado, 54% dos empregos no turismo são ocupados por mulheres, tornando-se também uma ferramenta potencial para o empoderamento econômico das mulheres (ONU Turismo, 2021).

Os países da ALC possuem uma importante riqueza natural e cultural, o que pode ser considerada uma vantagem competitiva no mercado do turismo rural. A região concentra cerca de 50% da biodiversidade conhecida do planeta, apesar de ocupar apenas 16% da superfície terrestre. Além disso, possui 25% das florestas do mundo e 30% dos recursos hídricos renováveis (Banco Mundial, 2022).

Quadro 5.6

A crescente importância das atividades relacionadas com a ruralidade no turismo

Entre 2010 e 2019, as receitas do turismo internacional na ALC cresceram 71%, mas a situação criada pela COVID-19 em 2020 provocou uma queda de até 63% nas receitas do turismo (BID, 2022). O número de visitantes internacionais na ALC ultrapassou em 2023 os níveis de 2019 e estima-se que tenha continuado a aumentar em 2024 (ONU Turismo, 2025).

De acordo com estimativas da Organização Mundial do Turismo, as chegadas internacionais em 2024 superaram os níveis do ano anterior em 7,9% (ONU Turismo, 2025). Além disso, é prevista a criação de cerca de 8 milhões de empregos na próxima década (WEF, 2025).

Há evidências de que os viajantes buscam cada vez mais experiências que lhes permitam se conectar diretamente com a cultura e a natureza dos destinos.

Relatórios recentes da Booking.com (2025) indicam que 77% dos viajantes buscam experiências autênticas que representem a cultura local. Há também um crescente desejo por viagens mais sustentáveis, o que pode impulsionar o ecoturismo. Essa tendência é corroborada por estudos do Banco Mundial (2019), que evidenciam uma progressiva predisposição dos viajantes a investir em experiências culturais únicas no destino, em detrimento dos gastos tradicionalmente destinados aos serviços hoteleiros. De acordo com a Unesco (2021), 40% do turismo total pode ser classificado como turismo cultural. Por sua vez, Gandolfi e Ramírez (2025) afirmam:

Desde a pós-pandemia, o interesse por experiências culturais autênticas cresceu significativamente. De acordo com o relatório da Euromonitor International sobre turismo cultural, em 2022, 65% dos viajantes incluíram atividades culturais em seus roteiros; esse número subiu para 72% em 2023 e a projeção é que chegue a 78% em 2024. Além disso, os turistas estão dispostos a pagar até 20% a mais por serviços e produtos que promovam tradições locais, refletindo uma crescente preferência por viagens com foco em experiências e vivências locais. O relatório destaca que os viajantes culturais preferem acomodações com uma atmosfera autêntica e local, como casas rurais, fazendas ou pequenos hotéis *boutique* (25%). Uma parte considerável de seu orçamento é destinada à gastronomia regional, escolhendo restaurantes tradicionais e mercados locais para saborear a culinária autóctone (40%). Eles também valorizam muito as atividades culturais, como oficinas de artesanato, aulas de culinária e passeios históricos, que representam 35% do gasto total. De acordo com a pesquisa da Euromonitor, o gasto médio dos viajantes com atividades culturais e produtos locais aumentaram 18% entre 2022 e 2023, e estima-se que cresça mais 20% em 2024.

Essas tendências mostram que uma alta porcentagem de turistas prioriza a interação com o patrimônio natural e cultural das comunidades que visitam, o que aumenta a demanda por destinos na ALC, onde os visitantes podem se integrar ao cotidiano local, aprender sobre tradições ancestrais e desfrutar de ambientes naturais pouco frequentados.



Ação CAF.

Escaneie o código QR para conhecer mais sobre a estratégia da CAF para apoiar uma indústria de turismo sustentável na ALC.



A região abriga cerca de 50% da biodiversidade conhecida do mundo, apesar de ocupar apenas 16% da superfície terrestre

No aspecto cultural, a região se destaca por contar com 147 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, que incluem desde sítios arqueológicos pré-hispânicos e centros históricos coloniais até paisagens naturais (UNESCO, 2025). Grande parte desses sítios está localizada em áreas rurais administradas por comunidades locais. Na ALC vivem aproximadamente 42 milhões de indígenas, juntamente com comunidades afrodescendentes e mestiças que preservam mais de 560 línguas e tradições únicas (Banco Mundial, 2022a). Esse patrimônio cultural confere autenticidade e valor à oferta turística.

Programas internacionais, como Melhores Vilas Turísticas, da ONU Turismo, reconheceram vilas latino-americanas que se destacam em turismo sustentável e desenvolvimento comunitário. Na edição de 2024, houve povos vencedores na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Panamá e Peru.

Os principais desafios para melhorar o turismo rural, identificados pelas autoridades do setor dos diversos países, são apresentados na tabela 5.5. Ao priorizar os desafios em sete categorias, observa-se que “infraestrutura” é a maior prioridade, seguida por “população e economia”.

Na categoria de infraestrutura, os principais desafios estão na prestação de serviços básicos, como água potável, tratamento de águas residuais e eletricidade; seguidos por deficiências na infraestrutura de acesso a áreas rurais, como estradas, portos, aeroportos e outras instalações.

Quanto à categoria de população e economia, os principais desafios são a desigualdade de renda nas áreas rurais e a participação limitada de minorias ou grupos vulneráveis.



A América Latina e o Caribe possui 147 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco

A análise do turismo rural⁸ como um subsetor é dificultada pela falta de informações estatísticas. Não só não existem dados harmonizados e comparáveis para os países, como na maioria deles esses dados sequer são coletados. A Primeira Pesquisa sobre Turismo Rural (ONU Turismo, 2023) mostra que a disponibilidade de dados básicos sobre esse subsetor na região é limitada. Dos 18 países latino-americanos que responderam⁹, apenas quatro¹⁰ (22% do total) relataram coletar dados sobre o número total de visitantes para o turismo rural. Outras variáveis, como turistas por dia, número de pernoites ou gasto por visitante, também tiveram uma baixa porcentagem de respostas (entre três e cinco países na região).

8 A ONU Turismo define o turismo rural como “uma atividade turística em que a experiência do visitante está relacionada a uma ampla gama de produtos, geralmente ligados a atividades na natureza, agricultura, modos de vida e culturas rurais, pesca com vara e visitas a locais de interesse”. Explica, ainda, que “as atividades de turismo rural ocorrem em ambientes não urbanos (rurais) com as seguintes características: 1) baixa densidade populacional; 2) paisagens e territórios onde predominam a agricultura e a silvicultura; e 3) estruturas sociais e modos de vida tradicionais”.

9 Os países que responderam à pesquisa são Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trindade e Tobago e Uruguai.

10 Bahamas, Cuba, Honduras e Paraguai.



Mercado em Chinchero, Peru.

Tabela 5.5
 Prioridades dos principais desafios (número de países)

	Infraestrutura	População e economia	Recursos humanos e treinamento	Governança e mecanismos financeiros	Recursos naturais e culturais	Destinos, produtos turísticos e ambiente de negócios	Digitalização e tecnologias da informação
Prioridade na classificação (1 é a maior prioridade)	1  (6)	 (3)	 (1)	 (2)	 (2)	 (2)	 (1)
	2  (6)	 (3)	 (2)	 (1)	 (2)	 (0)	 (3)
	3  (1)	 (3)	 (6)	 (2)	 (3)	 (2)	 (0)
	4  (2)	 (3)	 (0)	 (7)	 (2)	 (1)	 (2)
	5  (0)	 (3)	 (3)	 (1)	 (2)	 (6)	 (2)
	6  (0)	 (1)	 (3)	 (4)	 (1)	 (3)	 (5)
	7  (2)	 (1)	 (1)	 (0)	 (5)	 (3)	 (4)
Classificação média	2,53	3,41	3,94	3,94	4,35	4,76	4,88

Nota: As classificações podiam variar de 1 a 7, sendo 1 a maior prioridade, e não era permitido que dois tópicos tivessem a mesma classificação. Cada célula da tabela reflete o número de países (representados por números entre parênteses e losangos) por prioridade e desafio.

Fonte: ONU Turismo (2023).

A mesma pesquisa revela que os principais desafios para a coleta desse tipo de informação são as restrições orçamentárias e a disponibilidade de tecnologia para obter, processar e analisar os dados (66,7% dos países respondem nesse sentido para ambas as variáveis). Outros desafios são o conhecimento limitado das tecnologias mais atuais utilizadas no campo (55,6%), a falta de treinamento, educação

e competências entre os operadores de turismo rural para coletar os dados (50%) e a capacidade e o conhecimento limitados das autoridades locais e organizações administradoras dos locais de destino (50%). Todos os países da região, com exceção de um, afirmaram que precisavam de assistência técnica, orçamentária ou ambas para coletar e analisar dados sobre turismo rural.

Programas de turismo rural e comunitário na região

Gandolfi e Ramírez (2025) analisam os efeitos de nove programas de turismo rural e comunitário na ALC¹¹ (tabela 5.6). Esses programas, com exceção do chileno, que data de 1995, surgiram na região

no final da primeira década deste século e a maioria teve acompanhamento ao longo do tempo. No entanto, vários deles perderam prioridade devido à pandemia de 2020.

Tabela 5.6
Programas de turismo rural e comunitário na América Latina e no Caribe

País	Nome do programa	Entidades estatais líderes	Anos de implementação
Argentina	Red Argentina de Turismo Rural Comunitario	Ministério do Turismo da Nação	2009-2017
Bolívia	Programa Nacional de Turismo Comunitario	Vice-Ministério do Turismo	2011-2017
Chile	Programa Nacional de Turismo Rural	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP)	1995-2010
Colômbia	Estrategia Nacional de Turismo Comunitario	Ministério do Comércio, Indústria e Turismo (MINCIT)	2012-atualidade
Costa Rica	Programa de Apoyo a Mipymes Turísticas (inclui turismo rural e comunitário)	Instituto Costarricense de Turismo (ICT)	2009-atualidade
Jamaica	Rural Economic Development Initiative I & II	Ministry of Tourism, Jamaica Social Investment Fund (Ministério do Turismo, Fundo de Investimento Social da Jamaica)	2017-atualidade
Paraguai	Plan Nacional de Turismo Rural Comunitario	Secretaria Nacional de Turismo (SENATUR)	2013-2023
Peru	Estrategia Nacional de Turismo Comunitario	Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	2007-atualidade
República Dominicana	Programa de Turismo Comunitario Sostenible (TCS)	Ministério do Turismo (MITUR)	2016-atualidade

Fonte: Gandolfi e Ramírez (2025).

O gasto total com esses nove programas não ultrapassou US\$ 55 milhões, com iniciativas que custaram menos de um milhão de dólares até a maior, que ocorreu na Bolívia, por US\$ 16 milhões. Com o tempo, observou-se um aumento nos valores dos

programas. Dos nove analisados, cinco tiveram financiamento de cooperação internacional (CAF, BID, Banco Mundial, agências de cooperação espanhola e japonesa).

11 O estudo foi encomendado para esta edição do RED e esta subseção destaca as principais conclusões.

Os programas de turismo rural e comunitário não foram criados apenas com o objetivo de diversificar ou aumentar a oferta do setor, mas muitas vezes tinham como objetivo o desenvolvimento comunitário. Esse é o caso de sete dos nove programas.

As pessoas entrevistadas por Gandolfi e Ramírez (2025) afirmam que os programas geraram diversos efeitos positivos nas comunidades, com impacto econômico, sociocultural, ambiental e de inclusão.

Dentre os vários efeitos positivos, aqueles que tiveram maior consenso entre os entrevistados foram

a geração de renda adicional às atividades tradicionais; um efeito cascata, que inclui não apenas os diretamente envolvidos na atividade turística; a geração de empregos para jovens e mulheres; e a revitalização dos costumes e tradições locais. Além disso, alguns efeitos de longo prazo foram destacados, como melhorias na educação, visto que o aumento da renda das famílias permitiu o financiamento da educação superior dos filhos. Além disso, a formação e o desenvolvimento de capacidades levaram ao fortalecimento da liderança local, e o turismo atuou como catalisador para a melhoria da infraestrutura básica.

Relação com a agricultura ou outros setores rurais

Existe um consenso de que o turismo, quando orientado para exaltar os valores locais, serve como incentivo para a proteção e valorização do patrimônio natural e cultural das comunidades. Um exemplo notável é a península de Yucatán (México), onde o turismo centrado em sítios arqueológicos, como Chichén Itzá, e a participação das comunidades maias na cadeia de valor fortaleceram a proteção do patrimônio cultural e natural (Peraza et al., 2023). De forma semelhante, no Eixo Cafeeiro colombiano, o turismo cultural impulsionou a conservação de paisagens e fazendas tradicionais, reconhecidas pela Unesco (Duis, 2007).



O turismo, quando orientado a destacar as identidades locais, serve de incentivo para a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural das comunidades

foi desenvolvido o Programa Andes Tropicales (PAT). Este programa visava gerar um modelo de turismo comunitário voltado para o fortalecimento da atividade turística associada à pecuária e à agricultura (principalmente do café), por meio da criação de rotas associadas ao produto Mucuposadas. Posteriormente, o PAT concentrou seus esforços na Gran Sabana e no Delta do Orinoco para o desenvolvimento de circuitos turísticos ligados ao artesanato, às tradições autóctones e à conservação do meio ambiente. A execução desse programa trouxe efeitos positivos relacionados à diversificação de renda; ao desenvolvimento de pequenas cadeias produtivas; à criação de empregos locais com forte componente de gênero; ao empoderamento das comunidades; à conservação do patrimônio e dos recursos naturais e, por fim, à resiliência, por meio da geração de renda para as comunidades em épocas adversas para a atividade produtiva. O PAT teve o apoio do CAF e seu modelo migrou para a Bolívia e a Argentina.

Em geral, quando as florestas, paisagens e tradições se tornam atrações turísticas (como parques, reservas ou manifestações culturais), elas geram renda e orgulho local, o que favorece sua preservação. Na Venezuela, através da Fundação Andes Tropicales,

Oportunidades de desenvolvimento e políticas para o turismo rural

É preciso melhorar as estatísticas sobre turismo rural. Este ponto foi enfatizado ao longo do documento para diversas áreas, mas, no caso do turismo rural, a escassez é ainda mais grave. Em muitos países, os dados sequer são coletados. Relacionado a isso está a insuficiência de estudos de impacto dos programas de turismo rural e comunitário que façam uma avaliação completa dos custos e benefícios.

Investir no turismo rural é investir nas necessidades da população local. Os principais desafios, de acordo com os participantes da Primeira Pesquisa de Turismo Rural realizada pela ONU Turismo, são a infraestrutura de conectividade e os serviços básicos. Isso se aplica não apenas aos turistas, mas também àqueles que vivem nas comunidades rurais. Por tanto, seria importante que os investimentos públicos em infraestrutura e serviços básicos levassem em consideração os potenciais benefícios do turismo em suas análises de prioridades e benefícios.

Os orçamentos devem estar em consonância com os objetivos dos programas. Vários dos programas tinham longa duração e objetivos ambiciosos, que não correspondiam ao orçamento atribuído. O gasto total dos nove programas analisados por Gandolfi e Ramírez (2025) não ultrapassou US\$ 55 milhões, com valores variando de menos de US\$ 1 milhão a US\$ 16 milhões para o maior programa. Considerando

que, em países como Colômbia, Costa Rica e Peru, o turismo rural e comunitário representou entre 15% e 20% do turismo total, esses programas parecem estar subfinanciados e deveriam receber mais apoio dos governos.



O reforço da conectividade elétrica, digital e móvel nas zonas rurais melhora as condições de vida dos seus habitantes e constitui um fator fundamental para o desenvolvimento do turismo

É preciso adotar uma perspectiva de longo prazo. A comparação entre países revela que aqueles que implementaram programas de turismo rural e comunitário com uma perspectiva de médio e longo prazo tendem a gerar impactos mais profundos e sustentáveis. É o caso da Bolívia, Costa Rica e Paraguai, onde programas com mais de 12 anos de execução alcançaram, de acordo com os resultados de Gandolfi e Ramírez (2025), impactos significativos nas dimensões sociocultural, ambiental, econômica e de inclusão.

Roteiro para fortalecer os setores florestal, pesqueiro e turístico rural

Ao longo do capítulo, foram descritos os principais desafios e oportunidades em três setores fundamentais para as economias do mundo rural. Além de melhorias na coleta de dados mais precisos e desagregados em cada um dos setores, existe um conjunto de políticas que ajudariam a fortalecer os

três setores e melhorar as condições de vida nas áreas rurais. A figura 5.2 apresenta um roteiro que sintetiza a situação e as principais medidas que podem ser tomadas para alcançar esse objetivo em cada um dos setores analisados.

Figura 5.2
Oportunidades, desafios e recomendações de política

